



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 29 - Nº 536 - DE 12 A 26 DE FEVEREIRO DE 2017 - R\$ 4,00

Greve na polícia e saques estremecem o Espírito Santo



Falência do Rio de Janeiro e ajuste fiscal transformam a Alerj em praça de guerra

**Abaixo a repressão!
Direito de greve aos policiais!**

**Atendimento imediato das reivindicações!
Por um movimento unificado dos explorados
para derrotar o plano de Pezão/Temer/Meirelles**

Realizada a Conferência Regional do POR no Nordeste

**Viva a luta pela construção do partido
marxista-leninista-trotskista**



Somente a política do proletariado poderá dar um norte

O estado do Espírito Santo se colocou sob a intervenção da Força de Segurança Nacional e das Forças Armadas. O estado do Rio de Janeiro foi sobressaltado com a intervenção da tropa de choque contra as manifestações na Assembleia Legislativa. A formação da nova Comissão de Constituição e Justiça foi motivo de escândalo, ao contar com vários senadores denunciados pela Operação Lava Jato, entre eles Edson Lobão, que foi presenteado com a sua presidência.

Uma liminar de três juízes suspendeu a nomeação de Moreira Franco para o novo ministério da Secretaria-Geral da Presidência. O ministro do STF, Edson Fachin, abriu inquérito contra Renan Calheiros, Romero Jucá e José Sarney - três oligarcas do PMDB. Rodrigo Maia, reeleito presidente da Câmara Federal,

foi denunciado na Operação Lava Jato. O corrupto do ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, ganhou um posto no STF. Esse quadro indica a que ponto chegou a putrefação da política burguesa.

O governo golpista de Temer foi formado por uma quadrilha que deixa para trás os amadores do PT. Evidencia as falsificações da imprensa monopolista que atribuiu ao petismo a montagem de um sistema de fraudes e assaltos ao dinheiro público. Toda a política burguesa e as instituições do Estado se acham assentados nos pilares do capitalismo em desintegração.

Até pouco tempo atrás, o governador do Espírito Santo, Paulo Hartung, era apresentado como exemplo de severidade fiscal e estabilidade administrativa. A greve da polícia civil e militar, com suas mulheres protestando nas ruas e a onda de saques e assassinatos desmascaram a diretriz de descarregar a crise capitalista sobre as massas. A transformação, por sua vez, da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro em praça de guerra, com os manifestantes se opondo ao plano de ajuste do governador, põe à luz do dia a política econômica voltada a proteger os capitalistas.

Os desperdícios, os desvios, os subsídios e a sangria dos cofres públicos são parte e consequências das diretrizes dos governos burgueses altamente comprometidos com o poder econômico geral e com as oligarquias de cada estado. A recessão prolongada, o aumento exponencial do desemprego, o rebaixamento salarial e o crescimento da miséria atingem a governabilidade. A greve da polícia no Espírito Santo e o ensejo aos saques projetaram ao Rio de Janeiro. O governador tentou fazer um acordo de reajuste salarial com as forças de repressão. Precisa delas para conter o descontentamento que cresce entre a população e para impor o plano de ajuste.

Ao mesmo tempo, o governo federal se vê minado pela

crise política que persiste. A manifestação da polícia civil na Esplanada dos Ministérios e a invasão das dependências próximas ao Congresso Nacional para protestar corporativamente contra a reforma da previdência alertou o governo para as dificuldades que enfrentará para aprovar o seu projeto. Na realidade, o grande teste do governo golpista se dará em torno das reformas da previdência e trabalhista. Com esse quadro político deteriorado, a burguesia teme um

despertar da classe operária, que poderá arrastar a maioria oprimida à luta.

O governo golpista, apesar de contar com o apoio da maioria dos partidos e da unidade burguesa, não conseguiu se estabilizar diante da brutal retração econômica. Tem, no entanto, contado a seu favor com a continuidade da política

de conciliação de classes do PT, de aliados e da CUT. Essa política é responsável pelo fato de os explorados não se levantarem em um movimento nacional contra as demissões em massa, o agigantamento do desemprego e as perdas salariais. Aí está a base de onde se combaterão as reformas antinacionais e antipopulares do governo Temer. Por onde começar a luta nacional depende da situação, mas com certeza o confronto com a classe capitalista, que descarrega a crise sobre os postos de trabalho e os salários, está na base de tudo.

Os explorados sentem na carne a crise de direção revolucionária. Continuam à mercê do que fará o PT, a CUT, o MST e aliados no campo da política reformista. Os impasses do governo golpista e a persistência da quebra econômica animam os petistas - que perderam a presidência da República e viram suas fontes empresariais de financiamento serem bloqueadas - a reconstituírem-se como oposição burguesa. Esse objetivo subordina o movimento dos explorados contra o governo reacionário e a luta contra as reformas antipopulares. Os reformistas tudo farão para canalizar a revolta das massas para o cubículo do Congresso Nacional.

Ao contrário, somente a política do proletariado poderá transformar o descontentamento dos explorados em luta coletiva, nacional e revolucionária contra o governo de Temer e suas medidas. Parte da necessidade de vincular as demissões, o desemprego e as perdas salariais com o combate à política de proteção ao grande capital nacional e internacional, e as reformas que eliminam direitos e sacrificam a vida da maioria. O método é o da ação direta. A tática é a de unir os operários, camponeses pobres, as camadas arruinadas da pequena-burguesia urbana e a juventude oprimida, por meio das reivindicações comuns e da constituição de uma frente única de luta local, regional e nacional.

Por onde começar a luta nacional depende da situação, mas com certeza o confronto com a classe capitalista, que descarrega a crise sobre os postos de trabalho e os salários, está na base de tudo.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO – www.pormassas.org**

Greve da polícia capixaba

Um movimento no Espírito Santo de policiais militares e seus familiares por reajuste salarial e não punição dos grevistas ganhou projeção nacional no início de fevereiro. Seis dias de paralisação já contabilizavam 113 mortos nas ruas. Dezenas de saques foram registrados no comércio. Centenas de roubos de carros e assaltos nos pontos de ônibus e ruas. O transporte de ônibus foi suspenso na capital, assim como as aulas nas escolas. A polícia civil fez um dia de paralisação e anunciou que se juntará aos PMs no caso do governo estadual não atender às reivindicações. Todo esse quadro é prova de que existe uma grande opressão social que tem suas consequências convulsivas represadas entre as massas mais empobrecidas por meio da repressão, e que mostra a ponta do iceberg por meio da violência urbana.

O governo federal destacou tropas do exército para realizarem o chamado “patrulhamento”. A mesma população que recebeu os tanques e caminhões com aplausos foi submetida à repressão dos militares nas ruas, que paravam e enquadravam qualquer um.

Polícias de outros estados, como Rio de Janeiro e Minas Gerais, anunciaram seguir o mesmo caminho para impor suas reivindicações aos governos. A maior parte dos Estados está profundamente endividada por conta da brutal queda da arrecadação e ainda terá de arcar com o corte de gastos imposto a partir do governo golpista de Temer.

O movimento se baseia na ação dos familiares dos policiais, que acamparam diante dos batalhões e têm impedido a saída dos soldados dos quartéis. Procuram assim contornar a proibição da greve dos PMs. O ministério público exigiu dos co-

mandantes que colocassem as tropas nas ruas, agindo repressivamente sobre as famílias dos policiais, mas os comandantes não obedeceram. O governo tentou dividir o movimento com uma negociação farsante, juntando algumas esposas de policiais susceptíveis às pressões governamentais, mas foi obrigado a abrir negociação real com as mulheres de PMs líderes do movimento, que exigem 43% de aumento salarial e nenhuma punição.

A burguesia tem usado fartamente todos os recursos persuasivos para atacar o movimento. Os meios de comunicação montaram suas tribunas para que os governos estadual e federal achincalhem a greve como uma “chantagem à sociedade”, motim, etc.

A necessidade de derrotar de forma contundente a greve no Espírito Santo vem do empenho desses mesmos governos em aplicar o ajuste fiscal em todos os níveis da administração pública, e movimentos grevistas de funcionários por salários se chocam pelo vértice com a política de congelamento dos gastos públicos. Diante da negociação, qualquer migalha concedida afetarà essa linha.

O movimento do Espírito Santo tem um caráter progressista porque levanta reivindicações que se chocam com os governos e fragilizam sua capacidade repressiva, usando métodos de luta dos explorados. A desintegração do aparato repressivo é importante para o desenvolvimento da luta de classes.

Os explorados devem apoiar o direito dos policiais de se defenderem da pobreza por meio das paralisações e manifestações. Devem se colocar contra qualquer punição e pelo atendimento das reivindicações.

Bravas mulheres

“Se eles não podem, nós podemos”, foi uma das bandeiras que as mulheres dos policiais do estado do Espírito Santo levantaram para garantir a greve. Os quartéis foram bloqueados. Enfrentaram a pressão de um grupo de pessoas que queriam a volta da PM às ruas. Não se intimidaram com as ameaças do governo capixaba. No Rio de Janeiro, fracassou a tentativa do governador de negociar um aumento salarial. As mulheres dos policiais também passaram a bloquear os quartéis. A situação do Rio de Janeiro é ainda mais grave, recebem os soldos em parcela e estão sem o 13º salário. Volta e meia estoura no país uma greve da polícia.

O Estado tem sido obrigado a contratar cada vez mais policiais diante do agravamento das contradições sociais. Para isso, comprime os salários. Como a burguesia não pode sequer amenizar a barbárie social crescente, recorre ao agigantamento do aparato repressivo e assim impulsiona o parasitismo estatal. Inevitavelmente, os policiais se veem na contingência de violar a lei, a disciplina militar e de lançar-se à paralisação.

A quebra da greve dos policiais se faz por meio da intervenção da Força Nacional de Segurança, das Forças Armadas e em alguns casos da tropa de choque, que é um batalhão especializado e diferenciado. Cada vez que explode um movimento dessa natureza, o governo e os meios de comunicação monopolistas

abrem uma campanha contra o direito de greve dos policiais. Batem na tecla de que uma força armada e sustentada pelos impostos pagos pela “sociedade” não pode realizar tais manifestações. Os policiais, assim, devem suportar os salários de fome, a negativa dos governos em conceder aumentos e, em caso de crise fiscal, como a do Rio de Janeiro, devem ficar caladinhos diante do parcelamento e do não pagamento do 13º salário.

Já é tempo de os policiais lutarem pelo direito irrestrito de greve, de realizar assembleias e de manifestação, o que deve valer a todos os trabalhadores. Na realidade, não apenas aos policiais está vedado o direito de greve. A legislação que regulamenta o direito de greve é restritiva aos assalariados em geral, que praticamente impede sua livre realização. Eis por que as mulheres que bloqueiam os quartéis com suas manifestações coletivas exercem o direito de greve em lugar de seus maridos. Esse é o sentido da bandeira “Se eles não podem, nós podemos”. Comparecem fisicamente diante do Estado, do governo e do Judiciário defendendo que os policiais não saiam às ruas, fiquem aquartelados e assim exerçam a greve.

As autoridades prometeram punir não apenas os policiais grevistas, mas também as mulheres que se dispuseram a constituir uma barreira humana em defesa da greve. Evidentemente, a greve dos policiais é corporativa. Ou seja, não expressa a

luta geral dos explorados. Amanhã, os mesmos grevistas estarão reprimindo o movimento operário, os camponeses que lutam pela terra e a juventude que não aceita calada a opressão capitalista. Essa é sua função precípua. A polícia serve à proteção da propriedade privada dos meios de produção e do patrimônio dos ricos. Mas vive as contradições da sociedade de classes a ponto de ter de violar a Constituição e as leis discriminatórias, lançando-se em greve e manifestações.

É sintomático que as mulheres tomem a frente dos protestos, refletindo as dificuldades por que passa sua família.

Greve e ocupação para pôr abaixo o plano de austeridade de Pezão/Temer/Meireles

As manifestações dos servidores públicos tomaram as ruas nas proximidades da Assembleia Legislativa. O governo transformou o centro do Rio de Janeiro numa guerra contra aqueles que combatem o plano de austeridade. Mas, não tem como esconder o peso das duras medidas contra a população oprimida, que depende da saúde, educação e programas sociais. Não pode mentir sobre os atrasos nos salários, nas aposentadorias e pensões da maioria dos servidores públicos, que já não conseguem comprar a comida e os remédios.

A situação se agravou com os protestos das mulheres dos policiais, que bloqueiam as entradas de vários batalhões, impedindo a saída e entrada de viaturas e policiais. O governador tentou quebrar o protesto prometendo reajustar os salários, mas de nada adiantou. Isso só fez aumentar a disposição das mulheres de manterem os bloqueios. Hoje já são 27 bloqueios em frente aos batalhões.

A crise no Rio de Janeiro não é um caso isolado. Basta ver o que se passa no Espírito Santo. A maioria dos estados e municípios carrega uma volumosa dívida, que se tornou impagável. A saída de Temer/Meirelles é a aplicação rigorosa da PEC 55 de corte de gastos, o que implica a imposição de planos de austeridade.

O Plano adotado pelo governador, Luiz Fernando Pezão, segue a diretriz do governo federal, dos banqueiros e do grande capital nacional e estrangeiro. Por isso, vem tentando, desde o ano passado, impor as medidas antipopulares e de penalização dos servidores. Agora, pressiona o poder legislativo para a aprovação do Plano, exigência de Temer/Meirelles para o suspender o pagamento de dívidas do Estado com bancos federais (por três anos) e o empréstimo de R\$ 3,5 bilhões.

Faz parte do plano, a privatização da CEDAE. A entrega da empresa estatal de água e esgoto aos capitalistas autorizaria o governador a usar as ações da Cedae como garantia para obtenção de um empréstimo com a União. A privatização da CEDAE, portanto, faz parte do Plano de “Recuperação Fiscal do Rio de Janeiro”, acordado entre Pezão e Meireles. As consequências com privatizações já são muito conhecidas: precarização do serviço, demissões e toda sorte de problemas oriundos do desabastecimento e falta de esgoto. Está aí por que os funcionários lutam

A classe operária deve apoiar a greve da polícia por salário e apresentar seu programa revolucionário de combate ao capitalismo. Em particular, as mulheres trabalhadoras devem apoiar as lutadoras e seguir seu exemplo. É nesses momentos que os encarregados da repressão – nos referimos às tropas e não aos oficiais – se deparam com a opressão burguesa e podem se politizar. O ponto de partida está em defender o direito de se sindicalizarem, de realizarem assembleias nos quartéis e de exercerem a greve. Há que ressaltar o papel da mulher na luta pelos salários e direitos democráticos dos policiais.

bravamente contra a privatização e conclamam a população pobre a engrossar os movimentos de rua.

Mas o plano vai mais além. Exige mudanças drásticas nas aposentadorias, que inclui a elevação das contribuições de 11% para 14%, congelamento dos salários do funcionalismo, suspensão dos concursos, etc. Isso quando há meses os salários estão sendo pagos em atraso e parcelados, sem dizer do não pagamento do 13º e outros direitos.

O chamado “equilíbrio fiscal” golpeia duramente a saúde, a educação e a vida dos servidores estaduais. Dilapida o patrimônio do estado pela via das privatizações. Tudo isso para pagar a dívida com a União.

A situação econômica do Rio de Janeiro é parte da enorme crise que atinge o país. Os estados estão endividados, a arrecadação de impostos vem caindo, os juros da dívida são monumentais e a corrupção é escandalosa, envolvendo governadores, ex-governadores e empresários. A podridão fugiu ao controle dos poderes do estado e vaza por todos os lados, apesar do esforço que a burguesia tem feito para conter as denúncias. Mas, tentará de todos os meios arrefecer essa onda de es-

cândalos que envolve todas as esferas do poder estatal, porque não tem como limpar os organismos do Estado e suas relações com os capitalistas. Não esqueçamos que a corrupção é inerente ao Estado burguês.

Para o funcionalismo e para os explorados em geral, a única saída é a luta. É o que vem ocorrendo no Rio de Janeiro. Milhares de servidores protestam em frente à Assembleia Legislativa. O governador recorre ao Exército, às Forças Armadas e a Força Nacional de Segurança para conter as manifestações. Os servidores, por sua vez, enfrentam como podem as balas da polícia. Prisões e feridos se tornaram cenas comuns nos confrontos.

Ampliar as lutas nas ruas e paralisar as fábricas, escolas e serviços públicos devem ser a resposta dos explorados contra o plano de ajuste de Pezão, Temer e Meirelles. A derrota do Plano servirá de exemplo aos demais servidores de outros estados, que vivem a mesma situação.

Abaixo a repressão! Unidade para derrotar o Plano do governo!

Manobras e armadilhas para aprovar a reforma da Previdência

Depois de conseguir a presidência da Câmara e do Senado, o golpista Temer exige pressa na aprovação das reformas. Foi indicado o deputado Carlos Marun, um fiel seguidor do corrupto Eduardo Cunha, para ser o presidente da comissão especial da reforma da previdência. Segundo o governo, no máximo até a metade do ano, a reforma deverá ser aprovada.

Ao mesmo tempo, Temer sinalizou às centrais sindicais a possibilidade de flexibilizar alguns critérios para se alcançar a aposentadoria. Rapidamente, a Força Sindical e aliados se colocaram por acatar a sinalização de Temer. Como disse Juruna, dirigente dessa central: “A Força Sindical está empenhada em alterar alguns pontos na proposta de reforma da Previdência do governo”. Na reunião das centrais, que incluiu a CUT, Intersindical e CSP-Conlutas, aprovou-se a ida à Brasília no dia 22 de fevereiro, justamente para, como dizem, “pressionar” os deputados em favor de reduzir a idade mínima de 65 anos e da manutenção da diferenciação entre homens e mulheres.

Da mesma forma que vem mostrando disposição de modificar alguns pontos, Temer encaminhou a proposta de reduzir a idade mínima em dez anos e o tempo mínimo de contribuição em 5 anos para atividades que prejudicam a saúde. Discute-se, também, a possibilidade de criar condições especiais de aposentadoria para funções de risco. Isso para atender o pedido de policiais civis e agentes penitenciários, tendo em vista que essas funções estão fora das vantagens que serão concedidas aos militares, que ficaram fora da reforma da previdência. O governo procura manter a distinção entre categoria e função. Isso porque, caso venha aceitar condições especiais de aposentadoria, somente uma parcela da categoria teria direito, somente aqueles mais expostos aos riscos.

Como se vê, as corporações e centrais sindicais estão fazendo “corpo-a-corpo” (como dizem os burocratas) para negociar por cima alguma quirela que engane os trabalhadores. Embora nos atos e assembleias prevaleçam os discursos inflamados contra a reforma da previdência e trabalhista e a convocação de manifestações para a segunda quinzena de março. Trata-se da velha política de conciliação de classes.

Ao contrário das burocracias sindicais, o POR chama a classe operária, os camponeses e demais explorados a rechaçarem integralmente as reformas de Temer. Denuncia a traição das burocracias sindicais em negociar a eliminação de conquistas sociais. E exige dos sindicatos a convocação de assembleias para aprovar a resistência coletiva com os métodos da ação direta.

Tríade dos direitistas Rodrigo Maia, Carlos Marun e Arthur Maia no comando da Reforma da Previdência

As negociatas no Congresso concluíram com o DEM (Rodrigo Maia), o PMDB (Carlos Marun) e PPS (Arthur Maia) para a presidência da Câmara de Deputados, a presidência da Comissão especial e a relatoria dessa comissão que dará o aval ao projeto de reforma da previdência de Temer. São cartas marcadas. Mas procuram fazer firulas em torno de alguns pontos da reforma. Marun diz que a proposta é “consistente, mas pode ser aprimorada”. O relator, no mesmo dia de sua indicação, saiu dizendo que “a reforma é necessária e é necessária a idade mínima”. Rodrigo Maia

repete o que Temer diz todos os dias: “Não podemos perder tempo...com matérias tão urgentes”.

Como se vê, o Congresso, formado por quadrilhas, aprovará a exigência de Temer/Meirelles de reforma da previdência e, em seguida, a trabalhista. Esse campo minado pertence à burguesia e seus quadrilheiros. A classe operária, os camponeses e demais oprimidos devem enfrentar a reforma da previdência no campo da independência de classe e com os métodos próprios dos explorados.

As manobras das burocracias sindicais

A constituição da comissão especial, que será formada por 36 parlamentares, indica que o processo de discussão no Congresso será acelerado. Depois da aprovação da PEC do Teto, a PEC 287 da Previdência é o segundo passo decisivo a ser dado pelo governo golpista. No primeiro caso, a ala do movimento sindical que se opõe ao governo se mostrou incapaz de mobilizar os explorados. A ideia foi a de que se tratava de uma medida distante das necessidades e da compreensão da classe operária. Agora, a reforma da previdência não permite qualquer desculpa para a passividade.

A divisão entre as centrais se manifestou, principalmente, diante do governo Dilma Rousseff (PT), e se aprofundou com o impeachment. De um lado, a Força Sindical e aliados se colocaram pela derrubada do governo petista e, de outro, a CUT e aliados saíram em defesa do governo. A divisão agora comparece diante da reforma da previdência. A Força Sindical declarou que apresentará emendas ao projeto do governo. A CUT transpareceu a ideia de que o melhor caminho é o de apresentar um outro projeto. Mas ainda não se tem uma nítida definição. Em sua reunião de fevereiro, a direção cutista aprovou uma “campanha nacional contra a reforma da previdência”. Entre fevereiro e maio serão realizadas manifestações, segundo um calendário. Por enquanto, a divisão entre as duas principais centrais está no fato da Força Sindical apoiar a reforma da previdência, desde que modificada em alguns aspectos, e a CUT se colocar como opositora. Sem dúvida, essa diferenciação deve ser bem observada. Isso por que a CUT apresenta um calendário de atos e manifestações oposicionistas. O rechaço à reforma da previdência e a reforma trabalhista se dará sob a bandeira: “Nenhum direito a menos” e “Fora Temer”.

A questão em aberto é se essa campanha nacional, anunciada pela CUT, e que prevê um Dia Nacional de Paralisação, em 15 de março, servirá de canal de ampla mobilização da classe operária, dos demais explorados e da juventude oprimida. Nada indica que a burocracia sindical da CUT e aliados (CTB, Frente Brasil Popular, etc.) pretende pôr em pé um movimento de massa que se choque aberta e diretamente contra o governo golpista. O vínculo das reformas antipopulares com a bandeira do “Fora Temer” nos diz que o objetivo principal é o de reerguer a oposição burguesa, liderada pelo PT. A canalização da luta contra as reformas para um oposicionismo burguês levará à derrota. O conteúdo da bandeira “Fora Temer” é o de convocação de “Eleições diretas”, definida pelo PT e congêneres. Sob a estratégia de reordenação das forças partidárias burguesas no Estado após o golpe institucional, a CUT mantém a política geral de conciliação de classes que caracterizou

o período em que o PT esteve na direção do poder do Estado. De forma que não encabeçará uma campanha, de fato, para quebrar o governo golpista e derrubar as suas reformas reacionárias. E sim utilizar a oposição às reformas para reerguer o PT que foi ao chão com o impeachment de Dilma Rousseff.

Esse é o grande problema com que o movimento operário se deparará em sua luta contra as reformas. Está aí por que é necessário assinalar uma semelhança essencial que iguala a CUT à Força Sindical. Ambas voltarão suas ações políticas para convencer os parlamentares a votarem o projeto do governo mediante alterações. Mais precisamente: a Força Sindical que apoia o governo atuará junto aos deputados, por meio do Partido Solidariedade, para negociar pequenas mudanças, que provavelmente já são discutidas nos bastidores. A CUT municiará o PT e PCdoB nas discussões que também poderão concluir em propostas de alterações no projeto do governo.

A subordinação das organizações operárias ao parlamento (Congresso Nacional), às diretrizes dos partidos que compõem o Estado burguês e aos métodos legislativos são poderosos obstáculos à luta independente da classe operária e dos demais ex-

plorados em defesa de suas reivindicações e estratégia de poder próprios. Canalizam as necessidades e a revolta das massas para esta ou aquela variante da política burguesa. Está colocada, portanto, a luta contra qualquer um dos caminhos apresentados pela burocracia sindical que levem à subordinação das organizações operárias ao parlamento da burguesia.

Rechaçamos a via das alterações no projeto do governo. Rechaçamos a via de apresentar um projeto alternativo de reforma da previdência. Defendemos a derrubada das reformas antinacionais e antipopulares do governo golpista por meio de um grande movimento nacional que una a classe operária, os camponeses, a classe média urbana arruinada e a juventude oprimida. Levantamos as reivindicações da maioria explorada que defendem o direito a uma aposentadoria digna: 1) Um sistema único de previdência, estatal e sob o controle da classe operária; 2) Estatização da previdência privada sem indenização; 3) Fim dos privilégios dos militares, magistrados e a alta burocracia do Estado; 4) Que os capitalistas arquem inteiramente com a contribuição previdenciária; 5) Que nenhum aposentado receba menos que um salário mínimo vital, calculado pelas assembleias dos trabalhadores.

FEDERAÇÃO ÚNICA DOS PETROLEIROS (FUP) ASSINA ACT REBAIXADO

A direção da FUP, filiada à CUT e dirigida pelo PT, assinou no dia 31/01 o Termo Aditivo do Acordo Coletivo 2015/2017. Trata-se de um acordo rebaixado, já que aceita que a empresa reduza a jornada e os salários dos funcionários administrativos; prevê um índice de reajuste menor para os aposentados que não repactuaram no Fundo Petros; não abona os dias parados das greves anteriores; etc.

As bases vinculadas à Federação Nacional dos Petroleiros (FNP), com exceção da base do Rio de Janeiro, recusaram a proposta, indicando uma disposição de luta desta importante fração da classe operária nacional.

Enquanto isto, avança o processo de privatização/desnacionalização do Sistema Petrobras. No dia 03/02, a empresa

anunciou a venda de sua participação na empresa Guarani, produtora de açúcar e etanol. A operação foi concluída com o pagamento de US\$ 202,75 milhões pela francesa Tereos Participations SAS. Esta empresa é a terceira maior produtora de açúcar no mundo e passa a deter o capital total da Guarani.

A FNP está convocando para o dia 12/02 o 1º Encontro Nacional dos Petroleiros, em Santos, com o tema “Estratégia Já! Contra a venda de ativos e a reforma da previdência”. É importante que a categoria assimile que não há outro método que o da ação direta para enfrentar os ataques aos direitos e da empresa. Para isto, é preciso a unidade nacional da categoria e a superação da burocracia sindical petista, com sua política conciliadora e eleitoral!

Facchin abre investigação contra Sarney, Renan e Jucá

Até onde vai a Lava Jato?

Depois da indicação do procurador Janot, o ministro Facchin determinou a abertura de investigação contra os três cardeais do PMDB, acusados em delação premiada por Sérgio Machado por tentativa de obstrução da Lava Jato. A acusação se baseia em gravações realizadas por Machado em conversas com Sarney, Renan e Jucá semanas antes da votação que garantiu o impeachment de Dilma Rousseff. Nessas gravações, Machado se mostra preocupado com o avanço da Lava Jato, discute com Renan e Sarney uma manobra para se proteger e fala com Jucá em como limitar ao PT o avanço das investigações, impedindo que a ofensiva chegasse ao PMDB e PSDB, que possuem dirigentes envolvidos nas mesmas negociatas de propinas para financiar campanhas eleitorais e maior enriquecimento pela via da corrupção. Teme-se pelo futuro do governo golpista, pois é citado dezenas de vezes na delação de Marcelo Odebrecht, e, mais recentemente, acusado pelo ex-deputado Eduardo Cunha

de ter organizado a nomeação dos propineiros da Petrobras; e dos figurões do PSDB, também envolvidos em inúmeras transações investigadas.

Origem e destino da Lava Jato

A Lava Jato surgiu supostamente como uma investigação de lavagem de dinheiro do doleiro Youssef, por meio de uma empresa de fachada numa limpadora de automóveis. É claro que já se sabia que Youssef era um agente de diretores da Petrobras envolvidos em negócios escusos com elementos do governo federal e parlamento. Quando se iniciaram as operações que envolviam dirigentes da Petrobras, em 2014, Aécio Neves tentou em vão utilizar a Lava Jato contra a eleição de Dilma Rousseff. Ali se nomeou o esquema de corrupção de Petrolão, em alusão ao Mensalão petista de 2005.

O juiz que encabeça a Lava Jato, Sérgio Moro, teve treinamento que foi muito além de conteúdos jurídicos nos Estados

Unidos. Sua formação englobava o uso dos meios de comunicação. Logo diante das primeiras denúncias dos delatores, determinou o sigilo de investigação quanto às empresas estrangeiras envolvidas. Portou-se claramente como um agente do imperialismo norte-americano, a seu serviço. Seu alvo foi, desde sempre, a Petrobras de controle estatal e as grandes empreiteiras nacionais ligadas às obras da petroleira, às do PAC e centenas de outras realizadas fora do país. O direcionamento das investigações aos ministros e parlamentares petistas corresponde a esses interesses, pois se estabeleceu entre os governos Lula e Dilma e as grandes empreiteiras uma relação de simbiose, um alimentando o outro: as empreiteiras precisando de aprovação e financiamento público para suas obras, e o governo e parlamentares precisando de dinheiro para o financiamento das campanhas e dos partidos da base aliada. Não seria possível atacar a Petrobras e empreiteiras, com o objetivo da privatização e entrega dos poços daquela e desbaratamento da rede de negócios desta sem envolver o PT e seus governos e parlamentares.

O nacional-reformismo petista tem assim sua base burguesa de sustentação e se colocou como sua expressão no governo. Tentou aplicar as falidas teses do nacional-desenvolvimentismo ao Brasil capitalista atrasado, em particular ao Nordeste. Isso não o impediu de assumir políticas pró-imperialistas, consequência da submissão e impotência da burguesia nacional no seu conjunto diante do imperialismo. Os governos petistas são governos burgueses, defensores da propriedade privada dos meios de produção.

Se nos governos militares, as empreiteiras ganharam grande impulso com base no agigantamento da dívida pública, nos governos petistas essas empresas se elevaram à condição de ir além das obras do PAC e disputar mercado internacional às custas do financiamento do BNDES. A Odebrecht, por exemplo, tem 80% de seu faturamento na construção civil vindo de fora do país.

A Lava Jato serviu plenamente aos interesses golpistas da maior parte das frações burguesas, no sentido de solapar o governo do PT e criar um profundo desgaste eleitoral, aplainando o terreno para o impeachment principalmente junto à classe média. Mas não pôde se deter aí, dado o desenvolvimento da crise política e as pressões no sentido de manter a ofensiva contra as empreiteiras e os políticos burgueses que lhes deram sustentação.

A Lava Jato, o PMDB e o golpe

As conversas de Machado com os cardeais do PMDB revelaram os aspectos finais que permitiram conquistar a maioria do partido para as posições golpistas, encabeçadas por Temer. Dias antes, após um encontro da cúpula peemedebista, Renan caracterizou a remoção de Dilma Rousseff como “golpe”. Estava claro desde sempre que o destino do governo petista estava

ligado à sua capacidade de aplicar a fundo o ajuste fiscal e manter maioria parlamentar através da aliança com o PMDB. Com a paralisia do governo diante do pretendido congelamento de gastos, das reformas da previdência e trabalhista, e com a passagem da maior parte do PMDB para as posições golpistas, seu destino estava selado.

Nesse processo, teve importância decisiva a Lava Jato. Ela serviu tanto para achincalhar o PT e seu governo quanto como instrumento de chantagem sobre os parlamentares peemedebistas e peessedebistas ainda resistentes à saída pelo impeachment. O PSDB ainda insistia na tese da cassação da chapa Dilma/Temer pelo Tribunal Superior Eleitoral. Sarney, Renan e outros nomes da oligarquia nordestina preferiam uma saída menos traumática para Dilma. As pressões de Machado em sua defesa revelaram os planos de Romero Jucá, que apontava para o governo de unidade nacional ao redor de Temer e contenção da Lava Jato às denúncias sobre o PT. Jucá negociou com Serra o apoio do PSDB a essa tese, abdicando da cassação da chapa no TSE, para livrar a cara de seus dirigentes das garras da Lava Jato.

Mas, apesar da conquista da maioria necessária para sustentar o golpe pelo impeachment, a Lava Jato não foi detida. Não há unidade burguesa suficiente para brecá-la. E as pressões do imperialismo para acabar com suas concorrentes empreiteiras subsidiadas continuam e se fortalecem. O anúncio da retomada das obras do Comperj no Rio de Janeiro, aberta apenas a empresas estrangeiras, começa a mostrar os frutos da Lava Jato ao capital estrangeiro.

Disputa interburguesa e crise política

O POR previu desde antes do golpe que Temer seria um governo de crise. De fato, a crise política se aprofunda, apesar da relativa unidade parlamentar para votação das reformas impostas pelo imperialismo a fim de garantir o pagamento da dívida pública.

A demissão sucessiva de ministros, a convivência de choque com o poder judiciário em vários níveis (o mais recente é com a indicação de Moreira Franco como ministro para fugir à Lava Jato), as dificuldades em renegociar as dívidas e ajuda aos estados falidos e o profundo desgaste popular do presidente não mostram perspectiva de superação da crise.

Não cabe se colocar ao lado das frações burguesas em disputa. A classe operária e demais explorados devem se unir ao redor de suas reivindicações mais sentidas, que se ligam ao combate às reformas antinacionais e antipopulares, e combater com seus próprios métodos e com independência de classe o governo e os capitalistas. Assim avançarão rumo ao seu próprio governo, operário e camponês, saído da insurreição das massas, sob a direção de seu partido revolucionário.



Rondônia

Nova” prefeitura de Porto Velho investe contra a educação e os seus trabalhadores

Como vimos denunciando, sob a aparência de uma “nova administração, o prefeito Hildon Chaves/PSDB atua como todos os governantes na atual conjuntura: contendo gastos e atacando o funcionalismo e a população que precisa de serviços. A particularidade dessa gestão é que nasceu sob os escombros do PT e do PSB que dirigiram a prefeitura na última década e sob o slogan de que se tratava de algo “novo”, já que o PSDB não tem expressão no Estado de Rondônia, o que ilude parte da população, sobretudo da classe média urbana, e precisa ser desmascarado como mais um governo burguês a serviço do grande capital.

O prefeito que tem se pautado por um “populismo” demagógico nessas primeiras semanas, visitando hospitais e escolas, lançou agora, em 31 de janeiro, uma campanha com o objetivo de tornar a educação de Porto Velho numa “referência” para a educação do país nos próximos anos.

O engodo é tanto maior quanto se verifica o estado calamitoso em que se encontram as escolas, os baixos salários dos trabalhadores e a falta crônica de professores.

Obviamente, nenhum prefeito vai conseguir transformar a educação de forma progressiva na atual etapa de crise econômica, de destruição de direitos e de serviços. Não existe essa possibilidade, nem remotamente, pois a educação reflete as relações sociais e onde predomina a miséria, a violência, o desemprego não pode brotar uma “escola melhor”. No entanto, poderia se ter alguma seriedade se ele propusesse imediatamente aumento dos salários, contratação de mais profes-

res, melhoria na infraestrutura das escolas, etc. Nada disso ele pretende fazer.

Como qualquer governo burguês, a “eficiência”, a “melhoria” só pode significar concretamente mais ataque sobre os trabalhadores em educação, mais superexploração do trabalho. É isso o que exatamente ele está anunciando e já está colocando em prática com o seu discurso mentiroso de combate à “corrupção”, porque afirmou que verificará cada licença e readaptação dos trabalhadores da educação do município para verificar se estão trabalhando em outras redes. Ou seja, pretende cortar licença, acabar com as readaptações, perseguindo os professores e demais funcionários das escolas.

A fala criminoso do atual prefeito é que: “vamos encaminhar ao Ministério Público. Há casos que podem ser enquadrados como improbidade administrativa”. Em outras palavras, vai atuar para, inclusive, demitir trabalhadores que, esgotados, exauridos, estão readaptados ou em licença em uma rede, mas que não conseguem manter-se apenas em uma rede porque recebem salários miseráveis.

A posição da Corrente Proletária na Educação/POR é fazer uma ampla campanha denunciando esse prefeito e seus asseclas, defendendo os trabalhadores da educação contra mais esses ataques e organizando a luta para exigir aumento salarial, melhoria nas condições de trabalho e de ensino. Se não combatermos desde já essa “nova” prefeitura seremos esmagados por sua política de sucateamento, perseguição e destruição de direitos.

APEOESP - À Plenária da Oposição

Reconstruir a Oposição sobre a base da franca discussão programática

Estamos diante de uma situação econômico-política extremamente grave para os explorados. O desemprego não dá trégua. Os 13 milhões sem trabalho e outros milhões que já não fazem parte das estatísticas engrossam a pobreza e a miséria por todo o país. A queda do poder aquisitivo atinge o proletariado e camadas da classe média. Desemprego, subemprego, baixos salários e a brutal precarização das condições de trabalho são consequências da enorme recessão que atinge o país. E têm sido fonte dos descontentamentos, não só para a parcela diretamente vinculada à produção como também para o professorado. Somam-se a isso os enormes ataques que estão por vir com as reformas da previdência, trabalhista e do ensino médio.

Reorganizar um setor de oposição à burocracia da Apeoesp é importante nesse quadro de profunda crise econômica e, conseqüentemente, de conflitos interburgueses, expressos no golpe que derrubou o governo do PT, nas ações da Lava-Jato, nas decisões tendenciosas do Supremo Tribunal Federal/procuradorias, nas manobras executadas no Congresso Nacional e nas disputas entre os partidos que sustentam o golpista Temer. Está aí por que

tem de ser uma oposição capaz de aglutinar a vanguarda combativa e canalizar o descontentamento dos professores para potencializar o enfrentamento de conjunto às medidas antipopulares e antinacionais do governo Temer/Alckmin.

Aparentemente, há uma confluência entre as posições da burocracia da Apeoesp/PT e seus aliados com as dos setores oposicionistas. Essa aparência se dá no nível do discurso. Todos comparamos como combatentes às reformas de Temer e defensores das conquistas sociais. Mas essa linha de confluência será posta à prova na medida em que as reformas avançarem e a necessidade da luta direta se tornar inevitável. A burocracia, certamente, fará de tudo para retomar sua política de conciliação de classes. O campo da burocracia sindical é o das negociatas parlamentares em torno das emendas, ou de “disputas de projetos”, como diz a diretoria da Apeoesp. As mobilizações, assim, serviriam apenas como moeda de barganha nas esferas governamentais. Fatos como a ida das centrais ao Congresso Nacional no dia 22 de fevereiro, algumas abertamente para negociar emendas, a exemplo da Força Sindical e congêneres; outras para apresentar suas pro-

postas de reformas, como o caso da CUT e aliados, concretizam nossa crítica ao apego das burocracias sindicais à conciliação de classes.

Constituir um polo oposicionista a essa política é a tarefa fundamental. Daí a importância da defesa da independência político-sindical no sindicato/Apeoesp, que deve estar combinada com os princípios do sindicalismo classista, entre eles o da democracia operária. São, assim, instrumentos imprescindíveis na luta pelas reivindicações e no combate às reformas de Temer. O objetivo é o de recuperar nossa organização sindical, o que implica chocar com a direção, que, durante esses 13 anos do governo petista, o estatizou. É sobre o terreno da independência sindical que poderemos potencializar a unidade e a ação direta dos explorados. Enfrentaremos as reformas de Temer com os métodos que são próprios da classe operária, único caminho para defender nossos empregos, salários e direitos trabalhistas.

Não podemos desconhecer as diferenças entre os setores que compõem a Oposição, que estão expressas nas bandeiras do “Fora Temer”, “Eleições Gerais”; na defesa do “governo dos trabalhadores; na luta pelo governo operário e camponês, etc. Como, também, os pontos que unificam que esses setores, como o combate às medidas de Temer pela via da unidade dos trabalhadores. As diferenças deverão ser discutidas e resolvidas pelo voto em plenárias. Não podemos trazer para interior da Oposição o chamado “consenso progressivo” ou a “ação somente por consenso”, porque isso, na prática, leva à execução da política de grupos majoritários ou de práticas antidemocráticas, como a de acordos entre correntes. O direito de expressar as divergências fora e dentro da Oposição, ao contrário dos “consensos”, só a fortalece. Isso permite separar as posições da burocracia sindical da política da Oposição.

A convocação de plenárias abertas é imprescindível. A unidade da Oposição vai se forjando na medida em que as propos-

tas sejam discutidas coletivamente. O problema das eleições da Apeoesp comparecerá como um processo natural de unidade de correntes para se opor às reformas do governo golpista, bem como, às medidas de Alckmin/Dória em São Paulo.

Fazem parte dessa discussão, os eixos que mobilizam os professores. No Conselho da Apeoesp (4/2), entre os setores de oposição havia aqueles que consideravam a reforma da previdência como sendo o carro-chefe e outros que apontavam a importância da luta pelo reajuste salarial. A Corrente Proletária não separa as reformas do governo golpista do congelamento salarial imposto

por Alckmin. A luta contra a “PEC do teto dos gastos” corresponde à defesa das reivindicações do funcionalismo, entre elas o reajuste salarial. Portanto, não se separa das outras reformas, previdência, trabalhista e ensino médio. Isso por que as reformas fazem parte da política de “ajuste fiscal”, de corte de recursos à saúde, educação, moradia, previdência e de precarização das relações de trabalho. Tratam-se de medidas que têm como objetivo sustentar o parasitismo financeiro, dilapidar os recursos nacionais e aumentar a exploração do trabalho. A discussão, na plenária, das reivindicações,

que serão aprovadas na assembleia do dia 8 de março, ajudará a compreensão de nossas posições. Entre nós, como dissemos, não podemos ocultar nossas diferenças.

Essa primeira plenária tem como tarefa aprovar um plano de ampla intervenção nas escolas, objetivando aglutinar a parcela descontente para as posições do sindicalismo classista. Promover debates nas regionais e subseções, com o intuito de politizar e fortalecer essa frente oposicionista. É nosso dever fazer um trabalho direto nas escolas da capital e de cidades do interior. Há desconfianças e um profundo retrocesso político no seio do professorado que precisam ser quebrados em favor da luta de classes e do sindicalismo revolucionário. Esse é caminho que deve ser trilhado por esses setores que compõem a Oposição.

A convocação de plenárias abertas é imprescindível. A unidade da Oposição vai se forjando na medida em que as propostas sejam discutidas coletivamente. O problema das eleições da Apeoesp comparecerá como um processo natural de unidade de correntes para se opor às reformas do governo golpista, bem como, às medidas de Alckmin/Dória em São Paulo.

Fazer valer a greve nacional da educação

O Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE) aprovou a greve nacional da educação e indicou a data de 15 de março. Na reunião nacional da CUT, deliberou-se o Dia Nacional de Paralisação para essa data. Mas tudo ainda é muito nebuloso. Isso por que até mesmo a greve dos professores depende das decisões das assembleias nos estados. E, fundamentalmente, das burocracias sindicais que comandam os sindicatos. Como a CNTE é uma confederação, com quase nenhum reconhecimento entre os professores, a implementação da decisão de seu congresso não será fácil. Sem dizer de estados, como Rio de Janeiro, em que o sindicato dos professores não faz parte da CNTE. Mas é onde o funcionalismo tem realizado duros combates contra o governo de Luís Fernando Pezão e contra o projeto de corte de recursos, que está sendo votado na Assembleia Legislativa. Portanto, colocar em prática a resolução de greve nacional da educação exigirá um esforço fenomenal das direções sindicais.

Em São Paulo, a direção da Apeoesp, na reunião do Conselho

de Representantes, 4 de fevereiro, enfatizou a decisão da CNTE e enfatizou a assembleia para o dia 8 de março. Uma data também indicativa para os estados realizarem as assembleias, aproveitando o dia das mulheres e associando com as perdas que terão com a reforma da previdência. Mas a aprovação da greve por tempo indeterminado, também, exigirá um grande trabalho junto às escolas. O Sinpeem, sindicato dos trabalhadores de educação municipais, em reunião de representantes, dia 10, referendou a deliberação da CNTE para os dias 8 e 15 de março. O mesmo não ocorre com a Afuse (sindicato dos funcionários de escola), que tem feito ouvido surdo. Sequer a burocracia indicou a paralisação e assembleia juntamente com os professores no dia 8 de março.

Certamente, uma grande paralisação de professores no dia 8 de março e aprovação da greve nacional impulsionarão outros setores a se colocarem em luta contra as reformas do governo Temer.

Todo empenho na organização da greve nacional da educação!

Sintusp fica. Fica? Onde?

A última assembleia geral de funcionários da USP discutiu a proposta que ainda nem é oficial da reitoria de mudança do sindicato para um pequeno galpão junto à prefeitura do campus. Foi a “alternativa” sugerida diante da ameaça de despejo do prédio que o Sintusp ocupa há 50 anos. A proposta ainda depende de aprovação por duas comissões da burocracia, portanto ainda não é oficial. O Sintusp fará nova assembleia dia 21/02, quando se saberá da concretude ou não dela.

A reitoria impõe como condições um prazo de 5 anos, despejo a qualquer momento sem justificativa, acatamento de restrições ao uso do espaço (não pode fazer festa nem vender bebida). Ou seja, o sindicato fica, mas como refém da reitoria.

Consideramos um grave erro colocar a discussão no campo das alterações na proposta da reitoria, abrindo discussão sobre ajustes na proposta do reitor. Porque coloca tudo no terreno da aceitação do despejo do prédio atual.

Sabemos da importância de manter o Sintusp autônomo diante da reitoria e de sua burocracia. É por meio de sua organização que os trabalhadores podem resistir aos ataques de Zago/Alckmin, os chamados de “desmonte” da USP. A destruição do sindicato, ou a sua desmoralização política, servem ao aprofundamento da terceirização e privatismo.

Defendemos o rechaço da proposta da reitoria e a reafirmação da necessidade de concretizar as decisões das assembleias do final do ano passado: defender o espaço atual do Sintusp, física e politicamente.

Isso requer que se faça um amplo trabalho de base, que deve abarcar os funcionários e os estudantes presentes na USP (moradores do Crusp). Na volta às aulas, ir às salas e convocar estudantes e professores à defesa da USP pública e gratuita, contra o privatismo de Zago/Alckmin. Trabalhar pela organização de um ato massivo fora da universidade, em grandes avenidas.

Unificar de fato os movimentos por meio de uma assembleia geral universitária (dos três setores).

Para onde deve caminhar a luta pela creche?

A atual luta pela creche encontra-se em situação difícil na relação de poder com a reitoria. O superintendente Waldyr Jorge cancelou por duas vezes consecutivas a reunião de negociação com o movimento, sendo que a segunda foi por ordens expressas do reitor Zago. Por meio do mandado de segurança, obteve-se um parecer favorável do Ministério Público Estadual. No entanto, o julgamento será em segunda instância, o que retardará o processo. Assim, vemos que a reitoria está em vantagem do ponto de vista político e jurídico.

Por outro lado, o movimento segue com disposição de levar a cabo a manutenção da creche aberta. O trabalho coletivo e a contribuição dos vários apoiadores (inclusive de fora da universidade) têm permitido ao movimento gerir minimamen-

te o espaço. E, deste gerenciamento independente, começa a germinar uma condução política e administrativa apartada da burocracia. Torna-se, desta maneira, mais clara a contradição entre a casta burocrática e as necessidades mais elementares dos que estudam e trabalham.

Mas a questão é: como resolver esta contradição e seguir com esse gerenciamento independente? A resposta está na evolução da luta pela creche para a luta contra o reitorado. E, nesse âmbito, os lutadores da creche sozinhos não possuem força suficiente. Por isso, a necessidade de unificar as lutas em curso. Mas, a unificação real impõe formas organizativas de unidade, podendo se dar, nesse primeiro momento, na forma de uma plenária unificada.

No que consiste essa PLENÁRIA UNIFICADA?

A plenária unificada não tem o propósito de intervir sobre a ocupação da Creche Oeste. Seja no seu funcionamento interno, reivindicações ou até mesmo na manutenção ou não da ocupação. Quem decide pela ocupação são unicamente os ocupantes.

O propósito da plenária unificada é organizar a luta contra a reitoria. Uma luta necessária para conquistar o não fechamento da Creche Oeste, o não despejo do sindicato e a luta contra as medidas de maior carga de trabalho que Zago pretende impor aos funcionários.

Trata-se de uma plenária convocada pelas organizações gerais de funcionários (Sintusp) e estudantes (Amorcrusp, DCE, CAs), junto à creche ocupada, para discutir e colocar em prática medidas de luta conjuntas, para ganhar força contra a reitoria.

Isso porque a ocupação da creche, por mais organizada e combativa que seja, precisa da força e do apoio externos. É preciso construir um movimento de massa, do qual a ocupação seja expressão organizati-

va por meio de sua vanguarda. Ganhar apoio dos estudantes, funcionários e dos professores não vinculados à burocracia. Ir às ruas e disputar o apoio da população assalariada. Esse é o caminho para conquistar a permanência da creche e liberação das vagas ociosas e demais necessárias, com a correspondente contratação de funcionários.

As lutas caminham para um enfrentamento geral com o reitorado

O autoritarismo da reitoria privatista e corrupta mostra a necessidade de um combate de todos pelo fim do reitorado e de sua burocracia universitária. Convergir as mobilizações para a defesa de um governo tripartite, eleito com voto universal e com mandato revogável, e subordinado à assembleia geral universitária. Somente assim teremos nossas reivindicações atendidas, com autonomia diante dos governos e capitalistas e com real democracia universitária.

Movimento de mães enfrenta o prefeito Doria/PSDB

Vila Bela consegue o retorno do transporte escolar para as crianças

O transporte escolar gratuito deveria ser um direito de todos os alunos. No entanto, os governos, pressionados pela crise econômica, vêm restringindo esse direito elementar. Os governadores e prefeitos, que apoiaram a PEC-55 do teto dos gastos, agora não fazem senão colocá-la em prática.

A restrição ao transporte é feita da seguinte forma: o direito está ligado ao orçamento familiar, a distância da escola (acima de 2km), ou enfrentar barreiras para se chegar à escola. Essa medida da distância é a que tem impactado mais nos bairros de periferia em SP. Alguns alunos adolescentes da rede estadual chegam ao ponto de procurar escolas mais afastadas de suas casas para poder manter o passe escolar. Já as crianças da rede municipal são obrigadas todo ano a lutar pelo transporte escolar, pois os prefeitos têm ordenado que as Diretorias de Ensino apliquem à risca a Portaria do Programa de Transporte Escolar Municipal Gratuito – Vai e Volta, instituído pela Lei nº 13.697/03. Ou seja, para a criança ter direito ao transporte gratuito, tem de morar a mais de 2 km de distância da escola que estuda.

Até o final de 2015, a prefeitura petista/Haddad vinha recusando, em função dos enfrentamentos com movimentos de mães e perueiros, em alguns bairros de periferia. Em 2016, Haddad, espertamente, não tocou nessa questão, objetivando ganhar apoio dos movimentos para sua campanha eleitoral.

Agora, em 2017, Doria/PSDB mal inaugurou o assento, chegou exigindo mais cortes do orçamento. Na educação, não titubeou, exigiu o cumprimento da resolução dos TEGs a qualquer preço. Em dezembro/16, as Diretorias de Ensino foram informadas que deveriam proceder os cortes do transporte escolar, não importando o bairro. Imediatamente, os condutores das peruas escolares foram conversar com as mães, que perderiam o benefício. Eles mostraram que reduziriam de 15 crianças para 5 e que não conseguiriam arcar com os custos do transporte escolar.

Rio Grande do Norte

Reitoria da UFRN avança na implementação do ponto eletrônico para toda a universidade

Nos últimos dias, a reitoria tem avançado na sua campanha de instituir o ponto eletrônico em toda universidade. Como já havíamos sinalizado essa possibilidade no Massas 534, a reitoria se utilizou do acordo de greve que retalia o movimento com reposição das horas paradas a partir do ponto eletrônico, para impor o ponto eletrônico não só aos que fizeram greve, mas a todos os servidores. Para isso, a reitoria contou com a política de conciliação de classes da direção do SINTEST-RN (PSOL) que, além de ter aceitado o acordo maldito de greve, assinado na véspera do ano novo sem sequer discutir com a categoria, não organizou a luta direta pela base contra o ponto eletrônico, e ao invés disso colocou a Pró-Reitora de Gestão de Pessoas na mesa da assembleia para “explicar” o ponto durante quase duas horas. Dessa forma, a reitoria encontrou o caminho livre para avançar.

A reitoria que tenta implantar o ponto eletrônico é a mesma que,

Essa medida fez ressurgir os movimentos dos bairros operários. Dia 31 de janeiro, foi realizado o primeiro ato de protesto em frente à prefeitura. Havia representantes de oito bairros: zonas leste, sul, oeste, incluindo Morro Doce, Pantanal e Vila Bela. Um representante do governo disse que atenderia uma comissão de 5 pessoas. O movimento, em assembleia, rejeitou essa imposição e decidiu não subir, pois tinham 8 bairros presentes. No dia 1º de fevereiro, início das aulas, as mães do Vila Bela, revoltadas com a redução do transporte, se dirigiram à Diretoria de São Mateus, mas não foram atendidas. Os movimentos procuraram se unificar para exigir do prefeito o imediato restabelecimento das peruas. Nova manifestação ocorreu no dia 5 em frente à prefeitura. Aprovou-se uma comissão composta por 3 mães (leste, sul, norte), dois condutores, e um representante da associação do Morro Doce. A Coordenação das Diretorias de Ensino veio negociar com o movimento. Enrolou o quanto pode e marcou nova reunião para o dia 20/02.

As mães do Vila Bela não contentes resolveram continuar a luta. No dia 09, organizaram um ato em frente à DRE São Mateus. Diante da negativa do dirigente de atender, os manifestantes bloquearam a Ragheb Choff, avenida principal local. A polícia prendeu algumas pessoas e dispersou os demais. Depois de algumas horas, os condutores e mães receberam o comunicado da Diretoria de Ensino que o transporte será recontratado para as crianças que dele necessitarem.

O movimento percebeu, na prática, que vai ter de continuar organizado porque novos cortes virão, a exemplo do leite, e que precisarão enfrentar o prefeito. Em cada luta, novas lições são extraídas. Uma delas é a necessidade de organização e politização dos explorados que despontam nas lutas. Outra é a independência dos movimentos em relação aos governos e seus representantes nos bairros.

no ano passado, ameaçou cortar o ponto dos grevistas e impõe a retaliação de reposição de horas paradas durante a greve. É a mesma que também aplica a política de precarização e privatização da universidade pública, cortando gastos de assistência estudantil, investimentos, materiais, e ampliando a terceirização. Com o ponto eletrônico, obrigará o funcionário a seguir rigidamente o horário estabelecido e, à medida que uma parte dos funcionários se aposentarem, sobrecarregará a outra parte, para não ter que repor o quadro. A implantação do ponto eletrônico facilitará que a burocracia universitária aplique sua política de destruição da universidade pública, uma vez que dará à mesma um maior controle sob a categoria dos técnicos, facilitando a repressão ao movimento grevista (como o do ano passado contra a PEC 241) e dificultando a mobilização da categoria. Portanto, é falsa a ideia de que dará maior qualidade no

serviço, pois por trás da “eficiência” está a aplicação da política de ajuste fiscal do governo.

Mesmo com a deliberação da assembleia de que fosse suspensa a aplicação do ponto, a reitoria não acatou a decisão e iniciou a implementação no dia seguinte. Apesar da orientação da direção de boicote ao ponto, a grande parte da categoria já está batendo o ponto. Acontece que sem a mobilização setorial, de base, pelo método da ação direta, não há como as deliberações da assembleia e as orientações da direção deixarem de ser meras palavras para se tornarem realidade.

Com a implantação do ponto eletrônico e a reposição de horas da greve, uma parte dos servidores, os mais antigos, já almejam se aposentar. Outra parte se mostra insatisfeita com a política de conciliação da direção e, ao não ter uma oposição revolucionária constituída no sindicato, tendem a direcionar essa insatisfação contra a direção para uma hostilidade ao sindicato e já ameaçam a desfiliação, contribuindo, assim, para enfraquecer esse instrumento de luta coletiva. Ainda, outros servidores tentam em seus setores, isoladamente, negociar a implantação do ponto com a contrapartida de que a reitoria conceda a jornada de 30h semanais, em uma atitude desesperada. Ora, se a

Fortaleza

X Bienal da UNE: festiva, despolitizada e a serviço do eleitoralismo

A X Bienal da UNE, que ocorreu nos dias 27, 28 e 29/01, em Fortaleza, foi marcada pelo tom festivo, burocratizado e eleitoral. Demonstrou como a direção da entidade (UJS/PC do B) rejeita terminantemente a independência do movimento estudantil diante dos partidos burgueses. A mesa de abertura cujo tema foi “A reinvenção da economia e a saída para a crise”, que se propunha a discutir os rumos da economia nacional, expôs todo o desespero dos ex-governistas em retornar ao governo. Compunham a mesa, Ricardo Gebrim da Consulta Popular, o governador do Piauí, Wellington Dias, do PT, o Secretário de assuntos internacionais do PPL, Márcio Cabreira, Vanessa Grazziotin, do PCdoB, Luciana Genro, do PSOL e Ciro Gomes, ex-governador do Ceará.

As intervenções de Gebrim, Márcio Cabreira e Vanessa Grazziotin se limitaram a denunciar o golpe e os agentes que fizeram parte do mesmo. Não fizeram um balanço do que foi a conciliação de classes durante os governos petistas. Já o governador do Piauí, Wellington Dias, ficou na denúncia do papel dos bancos e financistas, como dilapidadores da economia. As falas que procuraram se diferenciar foram a de Luciana Genro e de Ciro Gomes. Luciana se concentrou em narrar as últimas mobilizações do período e do golpe

reitoria não concedeu as 30h até agora durante esses últimos anos, apesar de toda a disposição dos servidores em aceitar o ponto eletrônico em troca, não será agora que ela fará essa concessão, quando vê o caminho aberto para avançar e quando tem a necessidade de enxugar o quadro de funcionários diante do ajuste fiscal. A jornada de 30h comparece hoje apenas em alguns setores privilegiados, como os ligados à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e na Biblioteca Central.

Diante desse quadro, para evitar retrocessos, é preciso de imediato lutar pela suspensão do ponto eletrônico e rejeitar o acordo de reposição de horas, a partir de uma mobilização da base pelo método da ação direta. Não se pode ter esperança de que a reitoria conceda qualquer bondade. Só se pode confiar nas próprias forças da categoria. Isso nada mais deve ser do que parte da preparação para a próxima luta que está por vir contra a reforma da previdência, uma vez que a implantação do ponto eletrônico e a reposição de horas só servirá para desmobilizar e desmoralizar. Está colocada a tarefa da construção de uma fração revolucionária no SINTEST que possa canalizar a insatisfação da base com a direção conciliatória para o fortalecimento do sindicato como instrumento de luta coletiva da categoria.

no governo federal. Ao iniciar a análise de que as raízes do golpe se encontravam dentro do próprio governo foi vaiada pela juventude do PCdoB e pelo Levante Popular da Juventude. Luciana Genro, porém, não foi a fundo e evitou explicar porque a colaboração de classes do reformismo o levou ao fracasso.

Ciro Gomes foi ovacionado pela direção majoritária da UNE. Falou logo após Luciana Genro e retomou parte da sua crítica à política econômica do governo Dilma, que iniciou o ajuste fiscal. Mesmo assim foi aplaudido com grande entusiasmo. Terminou ressaltando a necessidade de construção do que chamou de “campo da esquerda”, uma provável coligação eleitoral para 2018.

Quando se abriram as intervenções para o plenário, a maioria dos que intervieram repetiam o que diziam os palestrantes. A direção majoritária da UNE reforçou a denúncia do racismo, machismo etc. e concluiu com a defesa de que é preciso combater o governo golpista através das urnas, preparando-se para 2018.

Como se vê, está colocada a necessidade de uma firme luta e de um paciente trabalho de base para recuperar as entidades estudantis para a luta, o que significa superar a nefasta influência da burocracia estudantil, por meio da construção de uma direção revolucionária.

Balanço do 36º. Congresso do ANDES-SN

O Congresso do Sindicato Nacional dos professores das Instituições de Ensino Superior ocorreu entre 23 a 28 de janeiro em Cuiabá, na UFMT. Como nos demais anos, os delegados e os observadores são escolhidos em assembleias e em reuniões das seções sindicais das universidades.

Segundo a organização, no primeiro dia, inscreveram-se 357 delegados e 73 observadores, embora nas plenárias, que ocorreram na quinta, sexta e sábado esses números foram caindo, com a participação de cerca de 250 delegados e algumas dezenas de observadores, além da diretoria do ANDES-SN, até o último dia.

Primeiro dia

Manhã

Foi feita a abertura com representantes de diferentes movimen-

tos e sindicatos, o que representava uma tentativa da direção do ANDES-SN de agregar outros setores na política de unidade para a construção da greve geral, defendida pela CSP-Conlutas. Entre os representantes, estavam membros do MTST, MST, Conselho Federal de Serviço Social, SINASEFE, FASUBRA e um dirigente da CSP-Conlutas.

Além do consenso aos ataques enfrentados, os representantes do MTST e MST fizeram uma leve crítica ao “campo da esquerda” que apostou todas as suas fichas na luta parlamentar e governamental. Como partes das frentes que lutaram contra o impeachment e apoiaram o governo petista, tiveram de levantar a ideia de que é necessário voltar-se para as lutas e buscar avançar nas reformas que não caminharam. Aí estava a defesa tímida do MST que se apoiou nos governos petistas e agora se acha premido pelos

ataques do governo Temer – um governo gestado nas entranhas da política petista no interior da democracia burguesa.

A ideia da greve geral, das mobilizações conjuntas, também foi defendida de forma unânime. O problema que se viu em 2016 é que as direções dos sindicatos e dos movimentos em particular temem ser a ponta de lança dessa “greve geral”. A greve aprovada pelo ANDES-SN contra a PEC 241/55, agora já tornada emenda constitucional, de algumas universidades não conseguiu se alastrar. Aí se vê a fragilidade desse sindicato do funcionalismo e da central dirigida pelo PSTU, a CSP-Conlutas.

Depois da plenária de abertura, foi instalado o congresso com a leitura e aprovação do regimento interno para seu funcionamento. Houve apenas uma polêmica quanto à existência da necessidade de aprovação de, no mínimo, de 30% dos votos nos grupos de discussão para que as propostas de TR (Texto de Resolução) que constam do Caderno principal e do Anexo fossem avaliadas pelas plenárias deliberativas. Essa polêmica foi defendida pelos membros da Corrente Proletária na Educação/POR em nome da real democracia do Congresso.

A diretoria do sindicato defendeu o filtro antidemocrático, apoiando-se na ideia que se trata de uma “tradição” dentro do sindicato esse percentual mínimo e que o mesmo facilita os trabalhos no interior das plenárias deliberativas. Ou seja, apoiou-se em um conservadorismo e um aspecto organizativo secundário. Na verdade, não poderia afirmar explicitamente que todas as posições minoritárias deveriam ser avaliadas e votadas e que sua decisão restringe a democracia do Congresso, mantendo, por “tradição”, um traço burocrático. Nossa defesa pelo fim do percentual valeu-se da noção de que se submeteria a decisão da maioria, realizada em plenário, à decisão dos grupos, fragmentando a discussão coletiva e impedindo a votação de maioria e minoria em todas as TR apresentadas por participantes do Congresso. A diretoria ainda alegou que todas as TR seriam avaliadas, mesmo sem participantes nos grupos e que isso era mais democrático. Com alguns votos, a favor de nossa posição, o regimento da diretoria do ANDES-SN foi mantido, o que significou, na prática, que (a) nem todos os grupos discutiram todas as TR em função do tempo e (b) TR foram rejeitadas, nos grupos, por um quórum que era inferior a 30% do total dos delegados do Congresso (a exemplo da TR da Corrente Proletária sobre as opressões, que foi discutida apenas em 3 grupos, com cerca de 70 participantes, quando a plenária do tema tinha mais de 200 delegados). Em outras palavras, comprovou-se o que afirmamos: submeteu-se a decisão da maioria pela minoria, o que significa ferir a soberania das plenárias do Congresso.

Tarde

Abriu-se com a plenária do Tema 1, que tratava da análise de conjuntura e aprovação da centralidade da luta para o próximo período. Foram apresentados nove textos de apoio com dez minutos para cada um.

As análises tiveram em comum a caracterização da crise atual do Estado como parte da crise capitalista nacional e internacional e a investida contra os direitos e os serviços sociais como parte de fenômeno geral que atinge o conjunto dos países. Os textos redigidos por membros de “O Trabalho” e do PCO fizeram duras críticas à diretoria do ANDES-SN por não ter caracterizado de início o golpe contra o governo de Dilma. Obviamente, não apontaram críticas aos governos petistas, não ligaram os ataques atuais aos já iniciados por Dilma, nem puderam afirmar que o golpe foi possível porque os sindicatos e movimentos estavam amarrados por uma política de conciliação de classes que impedia que os operários e os assalariados em geral se levantassem por suas reivindica-

ções e contra o golpe. O texto defendido pelo PSOL (corrente MES) caracterizou o golpe, mas não criticou a direção do ANDES-SN por sua omissão, fazendo, inclusive, apologia à Operação Lava-Jato e defendendo a “ética” como parte da tradição da esquerda. Os militantes do PSTU destoaram por uma análise das mais subjetivas, negando que existisse uma “onda de conservadorismo”, defendendo que os trabalhadores se descolaram do PT e que não houve golpe nenhum, a não ser contra os trabalhadores. A direção do ANDES-SN, majoritariamente formada por independentes mas que orbitam a política do PSTU, PCB e PSOL, ficou na análise mais geral da crise, fazendo elogio das atividades em que ANDES-SN esteve à frente em 2016.

A nossa defesa partiu do princípio de que não faríamos descrição de fenômenos que a própria burguesia reconhece, que era preciso fazer uma análise da conjuntura atual apontando a relação do governo com as classes, os problemas centrais a serem respondidos com a luta e a defesa da tática e estratégia para o momento. Assim, afirmamos: (a) o golpe institucional já havia sido dado e foi possível pela política de conciliação de classe do PT: de um lado, os explorados eram golpeados com as demissões, retiradas de direitos e, de outro, o PT defendia a democracia burguesa, transformando as frentes contra o impeachment em comícios eleitorais; apenas a classe operária e os demais trabalhadores que se levantassem por suas reivindicações poderiam quebrar o golpe, mas isso poderia significar a perda do controle das burocracias sindicais do movimento que elas colocariam em marcha; (b) a queda do governo do PT não representava o fim do projeto petista e de sua estratégia correspondente, que é eleitoreira e que busca combinar as grandes demandas do capital nacional e internacional com uma política assistencialista e de pequenas reformas por meio do parlamento; (c) o problema fundamental a ser enfrentado no período é o da luta contra a política imperialista que saqueia os Estados dos países atrasados por meio da Dívida Pública, todas as medidas, projetos, cortes, ataques aos direitos têm como fundamento o sustento do parasitismo financeiro, assim deve corresponder a esse problema a luta desde já pelo não pagamento da Dívida Pública; (d) a questão da estratégia revolucionária se coloca abertamente nessa conjuntura, pois se choca com a política de conciliação de classes, com o “projeto petista” que anestesiou as organizações de luta da classe e com a política imperialista materializada na Dívida; a defesa do socialismo, da revolução socialista e de um governo operário e camponês deveria ser o horizonte desse conjunto de lutas do momento atual.

Após a apresentação dos textos abriram-se vinte falas, em dois blocos para que participantes do plenário pudessem se posicionar sobre as discussões. Nesse momento, houve uma dicotomização dos debates entre a caracterização do golpe e a sua não existência. Os militantes ligados a “O Trabalho” criticaram abertamente a CSP-Conlutas, o PSTU e a direção do ANDES-SN. Na verdade queriam canalizar o sentimento de desconsolo da pequena burguesia que conforma a categoria para uma visão distorcida de que o ANDES-SN ajudou os golpistas e agora temos um governo muito pior do que o anterior. PSTU e membros da diretoria reforçaram que os petistas foram os maiores responsáveis pela própria investida dos golpistas. O debate apenas revelou a impostura dos petistas (“O Trabalho” e seus seguidores, a exemplo do PCO) e a fraqueza organizativa da CSP-Conlutas, da qual o ANDES-SN é apenas um apêndice em termos de definição da política geral, ainda que seja um dos mais importantes sindicatos pelo seu tamanho e aporte financeiro. Pelo sorteio das falas, os membros da CPE só tiveram apenas mais uma fala que foi centrada na defesa da luta contra a

Dívida Pública e o reforço aos métodos da ação direta para barrar as medidas e pôr abaixo o governo golpista.

Na votação da proposta de Resolução para a Centralidade da Luta, houve a contagem dos votos e apenas 5 TR foram apresentadas. Isso porque os partidos que compõem e/ou apoiam a diretoria do ANDES-SN esconderam-se por detrás da TR da “Diretoria”. Desse modo, defenderam suas posições, mas não a submeteram à votação, um modo oportunista de evitar os conflitos. Assim, PSTU, PCB e PSOL (MES) votaram em bloco com a TR defendida pela diretoria que foi aprovada por 197 votos, obtendo 70% da votação do plenário, os outros 30% foram divididos entre as demais TR. A TR de “O Trabalho” obteve 51 votos, o que evidencia como conseguiram canalizar o descontentamento com a posição da Diretoria. A TR de uma corrente prestista (apoiadora dos petistas) obteve 9 votos; a TR da CPE também obteve 09 votos e a de um professor avulso obteve 05.

A proposta vitoriosa é genérica e serviu à acomodação das correntes: “Defesa dos serviços públicos e do projeto de educação do ANDES-SN, referenciado no Plano Nacional de Educação da Sociedade Brasileira, lutando pela autonomia e valorização do trabalho docente, construindo ações na luta contra a intensificação da retirada de direitos, contra a apropriação do fundo público pelo capital, e a criminalização dos movimentos sociais e todos as formas de opressão. Intensificação do trabalho de base, em unidade com a CSP-Conlutas, as entidades da educação e demais organizações do campo classista, na perspectiva da reorganização da classe trabalhadora, pelo Fora Temer e pela construção da greve geral”.

Segundo e Terceiro Dias

Foram os dias de debate nos grupos mistos. Como era de se esperar, havia dezenas de TRs da Diretoria, a maioria dos quais tratando de aspectos secundários de organização de atividades e contra os quais os delegados não tinham nenhuma oposição, mas que precisam ser debatidos porque a própria Diretoria apresentava dezenas de pequenas alterações, muitas apenas de redação. As TRs dos demais agrupamentos, seções sindicais e correntes sempre ficaram por último. Para estas, os diretores ou apresentam a rejeição total da TR, o que impedia a discussão dos itens, ou apresentam já textos de modificação que alteravam o seu sentido original.

O tema 2 “Políticas sociais e plano geral de lutas” tinha textos e TR sobre “Ciência e Tecnologia”, “Política de Formação Sindical”, “Política de Classe, Etnia, Gênero e Diversidade Sexual” e “Comissão da Verdade”. Foi o maior e ocupou um dia inteiro, mas, por essa dinâmica organizada pela diretoria, os grupos não puderam avaliar todas as TRs.

Prevaleceu, como dito, a discussão de aspectos organizativos (realizar debate, confeccionar material, etc.). Não se podiam defender bandeiras gerais ou porque já “estavam contempladas” em resoluções de congressos anteriores, como a nossa TR que defendia a expropriação das terras, apoio aos camponeses, que supostamente consta de resolução de congresso de 1997 (!), ou seja, bandeira abstrata para ficar guardada e não propagandeada nesse momento de profundo ataque aos movimentos dos sem-terra, ou referiam-se a “programas gerais de correntes ou partidos” e não cabiam no interior do sindicato, nem havia “acúmulo” sobre elas, como a plataforma de lutas que defendemos com as expropriações dos sistemas de saúde, educação, a defesa da escala móvel, etc.

Em poucos pontos os diretores afirmavam ter uma oposição completa às nossas ideias, o que evidenciaria de fato as divergências. Apenas na TR que tratava das opressões, diretores e militantes de movimentos e correntes afirmaram que nossas concepções

se chocavam com as deles, porque, em coro uníssono, em todos grupos, leram nossa TR de fim das opressões com o fim da sociedade de classe como uma suposta rejeição nossa de lutar pelos direitos democráticos. Afirmamos claramente que eles não podiam rejeitar que as opressões são (a) obra da sociedade de classe; (b) a emancipação das mulheres, a igualdade para os negros e o fim da discriminação aos homossexuais não será conquistada plenamente na sociedade capitalista e que, portanto, a partir dessa caracterização mais geral nós defendíamos toda e qualquer luta por menor que fosse dos oprimidos por direitos contra o Estado e a classe burguesa. Nos três grupos em que houve discussão, obteve mais de 20% dos votos dos participantes, mas por décimos não foi sequer votada no plenário do tema.

A discussão nos grupos sobre o Tema 3, Plano de Luta dos Setores, também se pautou por medidas pontuais, além da reafirmação dos pontos de pauta das campanhas unificadas, além da defesa das estaduais que estão sofrendo mais imediatamente com o ajuste dos governos. Conseguimos apresentar a discussão de defesa de efetivação imediata dos terceirizados e foi aprovada com 30% em um dos grupos, mas não foi aprovada na plenária porque a defesa da estabilidade “via concurso” também é uma “tradição” no interior do sindicato. Os defensores do “concurso sempre” sequer conseguiam responder às nossas colocações concretas de defesa dos funcionários de limpeza das universidades que ficam anos, até décadas, como contratados e nunca passarão em concursos excluídos pelas próprias condições de destruição física e intelectual a que estão submetidos, o que evidencia o profundo corporativismo das bases e a posição legalista burguesa das correntes e direção. Novamente, as TRs da Diretoria foram aprovadas com modificações (criadas por ela própria).

A discussão nos grupos sobre o Tema 4, Questões organizativas e financeiras, foi centrado em questões de organização do sindicato, como a ajuda financeira a movimentos, ajustes do estatuto da entidade e questões de concepção da democracia sindical. Houve em vários grupos uma polêmica em torno da defesa da proporcionalidade na composição da diretoria, o que levou que a TR minoritária, proposta pela Corrente Proletária, fosse levada à plenária do tema.

Quarto e quinto dias

Iniciaram as plenárias dos temas, com maior tempo para o Tema 2. Nas plenárias, voltou-se às discussões dos grupos, com as mesmas posições da diretoria, mas sem as polêmicas das TRs já “derrotadas”. Novamente, muitas horas foram gastas com o ajuste de textos e compatibilização de propostas, sem que houvesse de fato polêmicas e mudanças essenciais na política.

Voltou à baila em uma das TRs a caracterização do governo Temer, se golpista ou não. PSTU e independentes da Diretoria defenderam uma “saída”: apresentar a ideia de governo “ilegítimo”. Essa idiosincrasia que revela o centrismo da diretoria foi aprovada também por maioria.

Algumas atividades foram aprovadas, como o dia 15 de março, também apontado pela CNTE, como dia de paralisação e inúmeras tarefas internas dos grupos de trabalho do sindicato foram aprovadas. A proposta de “Auditoria da Dívida” com a proposição de “possível” não pagamento também foi reafirmada.

A polêmica final ficou em torno da defesa da proporcionalidade. O PSTU e “O Trabalho” utilizaram-se da nossa proposta para fazerem sutis “ponderações” em torno da defesa também da proporcionalidade. Via-se claramente que não defendiam como parte da democracia sindical ou como um dos princípios que garantem

essa democracia, como dito explicitamente pelo militante do PSTU. As nossas falas, ao contrário, centraram no fato de que a proporcionalidade era uma consequência da defesa do sindicato como uma frente única de ação, de que um princípio a ser defendido sempre para que houvesse a representação de todas as correntes de pensamento no interior do sindicato e que a experiência concreta fosse confirmando as posições de maioria e minoria como certas ou não. A proposta foi rejeitada, mas obteve alguns votos de professores de base, com a abstenção completa dos militantes de “O Trabalho”.

Assim, temos de denunciar como conclusão a burocratização dos congressos, como simulacros de democracia, pois, embora as TRs minoritárias são formalmente pautadas nos grupos, a dinâmica “tradicionalmente” estabelecida impede o seu efetivo debate. É um pacote imenso de teses em poucos dias que devem ser aprovadas burocraticamente após escassos minutos de discussão. Essa dinâmica é monitorada por diretores do sindicato e um exército de assessores da diretoria que agem como leões-de-chácara da diretoria para impedir o debate e impor o ritmo sumário. A diretoria confessou em alguns momentos que, nos três dias prévios ao congresso, eles se reuniram para dar “respostas” às teses divergentes e encaminhar a sua supressão nos grupos e, de todas, as que mais

tempo lhes ocupou para responder foram as da CPE. Contudo, o “argumento” mais utilizado por eles foi que parte das nossas propostas de resolução já seriam parte das resoluções anteriores, sem necessidade de demonstrar que estivessem sendo defendidas neste momento. Era evidente tratar-se de pretexto apenas que esconde a posição de força da maioria.

Tarefas

Como se vê, em função dos traços burocráticos e das discussões distracionistas do Congresso, há uma necessidade de luta objetiva contra as medidas dos governos que atacam diretamente as universidades e os trabalhadores em geral. A direção do sindicato é exigida a chamar as reuniões, as assembleias e organizar o calendário de lutas. Assim, continuaremos em unidade nas ações concretas e na crítica à política reformista e centrista quanto às bandeiras e consignas que também são exigidas pela conjuntura mas que a Diretoria se recusa a assumir e propagandear. A defesa da greve geral não pode ser apenas formal e deve ser construída a partir dos comitês e fóruns locais e gerais e com base em plataforma efetiva de reivindicações que sejam não só uma resposta aos ataques, mas a defesa da vida dos trabalhadores em luta.

A demagogia dos petistas diante da intervenção imperialista no Haiti

No Jornal Massas nº 535, publicamos o artigo “6º Congresso do PT: o que muda depois do golpe?”. Trata-se de uma análise do documento escrito por Valter Pomar sobre o cenário internacional. A análise desnuda o caráter demagógico das proposições do intelectual petista, em particular a sua verbosidade contra os oligopólios, na medida em que o balanço dos governos de Lula e Dilma demonstra o contrário, que estiveram de joelhos diante do capital financeiro. O presente texto complementa essa avaliação crítica, pois se baseia no mesmo documento de Pomar, mas observando um aspecto específico, que é a posição do PT em relação à questão do Haiti.

A ilha do Caribe passou por duas crises gravíssimas, a primeira de ordem político-institucional, em 2004, quando o ex-presidente Jean-Bertrand Aristide foi deposto. Desde então, estabeleceu-se a “Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (Minustah)”, sob o comando do Brasil. A alegação para a penetração das tropas de ocupação no país foi a de restaurar a segurança e fortalecer as instituições democráticas. Encerradas essas tarefas, a Missão se retiraria, devolvendo aos haitianos a sua soberania. A segunda crise foi resultado de um terremoto devastador, em 2010. A estimativa é de que cerca de 3 milhões de pessoas tenham sido afetados pelo sismo.

Diversas denúncias dão conta de mostrar que a Minustah não se constituiu como elemento “pacificador”, e sim de garantia de sustentação de um regime conforme os interesses do imperialismo, em especial o norte-americano. Inúmeros relatos de violência por parte das forças policiais espelham a realidade de opressão nacional e social. Empresas oportunistas fizeram da desgraça causada pelo terremoto um meio de enriquecimento, que envolveu cifras milionárias. Diversas ONGs cumpriram o sujo papel de usar a máscara do humanitarismo para a lavagem de dinheiro, incluindo instituições brasileiras.

No documento endereçado ao 6º Congresso, Valter Pomar defende que o PT deveria “contribuir com as forças progressistas, democráticas e de esquerda do Haiti, apoiando a imediata retirada da Minustah”. O problema é que se trata de uma virada de posição. Em 2014, Lula publicou um artigo (“Não vamos nos esquecer do

Haiti”) em que expunha seu pesar pelo “abandono” da ilha pelos países ricos. Fazia um balanço indicando que “a situação de segurança se transformou profundamente: os riscos de guerra civil foram neutralizados, a ordem pública restabelecida e os bandos de delinquentes derrotados. O país foi pacificado e o Estado reassumiu o controle de todo o território nacional. Além disso, a MINUSTAH tem contribuído para equipar e treinar uma força haitiana de segurança”.

Para quem não acompanhou o que tem se passado na política interna brasileira, fica incompreensível a junção das duas declarações, de Pomar e Lula, que são do mesmo partido. A chave está no golpe de Estado que destituiu Dilma. Agora, com Temer, a Minustah passa a ser vista como uma força invasora, que precisa ser defenestrada pelas “forças progressistas”. O que torna o posicionamento atual, no cenário pós-golpe, um amontoado demagógico. Pomar não ousa tirar a devida conclusão, que as tropas da Minustah foram introduzidas no Haiti pelo imperialismo e que o governo petista serviu de peça ao intervencionismo dos Estados Unidos. O PT, ao aceitar que seu governo servisse aos interesses das potências, cumpriu o papel de laiaio do imperialismo.

O que cabe nesse momento é seguir na linha de luta em defesa da autodeterminação do povo haitiano. A tarefa de expulsão da Minustah corresponde ao processo de combate pela soberania da nação oprimida, o que implica empreender com todas as energias a luta anti-imperialista, colocando em pé uma frente única com essa finalidade, sob a direção política da classe operária. Nenhuma demagogia ocultará a responsabilidade do PT e de seu governo. É preciso ainda dizer que a defesa efetiva da expulsão da Minustah e da autodeterminação do Haiti depende de a classe operária e demais explorados enfrentarem a opressão imperialista no interior do próprio Brasil. É o que o PT nunca se dispôs a fazer e assim acabou de joelhos diante do capital financeiro e das multinacionais. A trava que sua burocracia sindical impôs ao proletariado com a política de colaboração de classes impossibilitou a sua luta independente e assim retardou a tarefa de pôr em pé um movimento revolucionário anti-imperialista e anticapitalista.

Lançamento do livro "As esquerdas no Brasil" em Fortaleza

No dia 03/02, no auditório da Faculdade de Economia da UFC (FEAAC), o POR realizou o lançamento do seu 5º livro, *As Esquerdas no Brasil*, que contém artigos escritos em diversos períodos de sua intervenção pública sobre a trajetória das correntes que se reivindicam da esquerda no país. A atividade contou com a presença da militância, de contatos, simpatizantes e ativistas de outras organizações. Iniciou com uma exposição sobre a tarefa de construir o programa, a falência histórica do reformismo, a crise de direção e as esquerdas democratizantes. Em seguida, passou-se às intervenções dos presentes.

Com esta publicação, o POR dá prosseguimento ao objetivo de editar, na forma de livro, seus inúmeros escritos, folhetos, artigos, resoluções e documentos que atestam um longo percurso de luta pela elaboração do programa marxista-leninista-trotskista no Brasil. O livro sobre as esquerdas contém inúmeros artigos sobre o PSTU e em menor número sobre o PCO, OT, PSOL, MRT (ex-LER) e o PC do B. A razão disso esteve na importância que adquiriu o centrismo durante o período em que estes foram escritos, com força para arrastar uma parcela dos sindicatos e da vanguarda para suas posições.

A crítica programática central às correntes reside no seu

A crítica programática central às correntes reside no seu abandono do marxismo, isto é, na rejeição da estratégia da ditadura do proletariado (governo operário-camponês) e na negação em desenvolver o partido-programa.



Desejamos que o livro sobre as esquerdas seja lido às centenas e que a assimilação crítica e autocrítica de suas análises fortifique a tarefa da edificação do partido revolucionário no Brasil.

Conferência Regional Nordeste: expressão da intervenção do partido na região

De 04 a 05 de fevereiro, foi realizada em Fortaleza, a Conferência Regional do POR / Nordeste. Os debates e resoluções expressaram a intervenção do partido na região e refletiram a elaboração coletiva.

Internacional

No primeiro dia, o debate se iniciou com a discussão sobre a conjuntura internacional, com base nos documentos aprovados no IV Congresso do Comitê de Enlace pela Reconstrução da Quarta Internacional (CERQUI). As principais teses mostram os efeitos da desintegração do capitalismo em sua fase imperialista, os impactos da crise econômica mundial e a ação dos Estados que limitaram o grau de destruição de forças produtivas exigido pela crise de superprodução. O debate trouxe o desdobramento sobre este cenário, enfatizando, sobretudo, o significado político da eleição do fascista Donald Trump como presidente dos Estados Unidos. Foi feito o debate sobre a caracterização do fascismo / semifascismo.

Nacional

O ponto se iniciou com o informe sobre a situação política do Brasil, apresentado no IV Congresso do CERQUI. Depois, foi apresentada e debatida a resolução nacional elaborada pela regional do Ceará. Ao considerar a crise no Brasil como inseparável da crise mundial, mostrou-se como a partir de 2014 o Brasil foi arrastado para uma recessão profunda, com crescimento do desemprego e das pressões inflacionárias e queda no comércio exterior e investimentos.

Como manifestação da decomposição do capitalismo, o agigantamento do parasitismo financeiro impõe aos países semicoloniais o mecanismo das dívidas públicas. Este elemento está na base do crescimento da dívida dos estados. Ante a regressão das forças produtivas e recuo da atividade econômica, os governos perdem arrecadação e descarregam sobre as massas o peso da crise.

Frente à incapacidade do PT aplicar o ajuste fiscal exigido, a burguesia e suas frações se uniram em torno do golpe contra Dil-

ma (PT) e do objetivo de demolir conquistas mínimas dos trabalhadores. A crise política continua, as frações burguesas continuam a se atritar, inclusive com uma minoria que pretende afastar Temer. Tal posição ganhará força se Temer não conseguir aplicar as reformas.

Pesa a favor do governo o bloqueio exercido pelas direções sindicais reformistas e estalinistas. A reedição da política de conciliação de classes corresponde ao objetivo de o PT se reabilitar como oposição burguesa. A crise de direção se mostra por inteiro, porém, quando se vê que mesmo as organizações não mantiveram a independência ante o governo petista e até mesmo as que se reivindicam do trotskismo se recusam a erguer as bandeiras transitórias. Não levantam a bandeira de greve com ocupação de fábrica contra as demissões. Não defendem a escala móvel de horas de trabalho contra o desemprego. Não defendem governo operário e camponês. As correntes pequeno-burguesas estão se preparando para as próximas eleições, esperam se potencializar por meio das instituições democráticas. A unidade eleitoral é admitida, porém não movem um passo para superar a divisão no campo da luta, recusando-se a erguer a frente única sindical em torno das reivindicações mais sentidas dos explorados.

Debateu-se como está se dando o atrito entre o PSDB e PMDB. Lembrou-se que assim como o PMDB, o PSDB não é monolítico. Apesar do bloco que depôs Dilma continuar unido em torno da orientação do capital financeiro e da necessidade de desfechar os ataques apenas sobre as massas, preservando seus negócios, há interesses em choque. Ainda que em alguns momentos, o PSDB pressionou claramente Temer por maior celeridade e que uma de suas alas pressione o TSE para que a ação de cassação da chapa Dilma-Temer ande, os principais atritos se dão em torno dos interesses das frações que representam, seja a burguesia industrial paulista ou as oligarquias que parasitam o Estado.

No debate, mostrou-se a necessidade de modificar o texto, uma vez que alguns prognósticos apareciam de forma muito taxativa, embora o curso dos acontecimentos que envolvem o governo Temer, o PT e as eleições de 2018 permanecem em aberto, sujeitos à luta política. Por exemplo, apesar da campanha da burguesia para impedir a participação do PT nas eleições presidenciais, o partido tenta se reestruturar enquanto oposição burguesa. Para isso, precisa manter sindicatos e movimentos sob sua estratégia de colaboração de classes, o que já se vê nos acordos que estão sendo assinados pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e no que tende a ocorrer nas negociações em torno da reforma da previdência.

Outro ajuste no texto se deu em torno da caracterização sobre o deslocamento das massas à direita. Este deslocamento, no Brasil, expressou-se apenas no resultado eleitoral, mas não se confirma ao vermos, por exemplo, o profundo isolamento do governo de Michel Temer com seus baixíssimos índices de popularidade. A tendência das massas é de saírem em luta contra os profundos ataques que estão em curso. Um camarada destacou que as condições

para partido crescer estão dadas, pois os ataques se aprofundam e o reformismo e o estalinismo, com sua política conciliadora, não podem defender a vida das massas. O POR precisa se entroncar com a classe na luta em defesa de suas condições de vida.

Nordeste

A conferência partiu de duas contribuições que tratavam dos impactos da crise política e econômica no Nordeste. O debate mostrou que a militância tem capacidade de avançar na elaboração programática. A partir de um questionamento vindo da célula do Litoral Norte de SP, via boletim interno, abriu-se a discussão sobre a industrialização da região ocorrida sob os governos do PT. Destacou-se que reconhecer este crescimento quantitativo não

implica uma mudança qualitativa. A região permanece condicionada pela lei do desenvolvimento desigual e combinado.

Os impactos da crise também não se dobram de maneira uniforme, manifestam-se de forma mais aguda onde houve maior crescimento no período anterior. Demonstrou-se o forte vínculo do desenvolvimento do Nordeste com a economia mundial, por meio da produção voltada à exportação. Assim, a pequena expansão seguida da forte retração ante a crise indica a impossibilidade da industrialização do Nordeste por meio dos capitais deslocados do Sudeste ou da extensão das multinacionais. A tese desenvolvimentista também fracassou, com seus investimentos via BNDES e vantagens fiscais. A industrialização prescinde de um mercado interno e a classe média nordestina

é extremamente débil em comparação com a do Sudeste. Mostra-se que estas contradições revelam raízes profundas do atraso e da condição semicolonial do Brasil. Não poderão se resolver por meio das políticas do Estado. Somente com a ditadura do proletariado será possível utilizar as potencialidades da economia para desbloquear o desenvolvimento das regiões que hoje têm suas potencialidades abafadas.

Apontou-se a necessidade de aprofundar o estudo sobre as oligarquias nordestinas e como se entrelaçam com o capital financeiro. A plenária encarregou uma comissão de fazer uma resolução que fez uma síntese conclusiva da rica discussão, não nos estenderemos no debate aqui, pois publicamos em seguida a resolução aprovada.

Movimento estudantil secundarista

A apresentação da resolução sobre o movimento estudantil foi seguida por várias intervenções de camaradas, principalmente, estudantes universitários e secundaristas que traziam suas experiências como a conquista da direção do grêmio, em Fortaleza, a mobilização com base no conselho de representantes, em Ceará-Mirim-RN, as ocupações de escolas e universidades no Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Paraíba. Discutiu-se que as ocupações como expressão das massas são um método operário com possibilidades de enfrentar os governos. Porém, quando as ocupações ficam isoladas, tornam-se caricaturas que tendem a ser fetichizadas pelos anarquistas. A experiência de São

Paulo foi evocada, mostrando como o POR lançou a consigna “escola fechada, escola ocupada” na assembleia da Apeoesp ante o plano de Alckmin de fechar escolas e salas de aula. Esta bandeira acabou sendo tomada pelos estudantes e o movimento teve expressão de massas, nas escolas, ruas e rodovias, obrigando o governador a recuar.

Destacou-se um retorno do crescimento do reformismo do PT, junto com o crescimento do Levante, nas ocupações, além da ausência da Anel/PSTU. Por outro lado, o rechaço aos partidos, por parte de uma camada da juventude, abriu espaço para o autonomismo/anarquismo, marcado por práticas sectárias e despoliticizantes. Foi relatado também como o movimento enfrentou a repressão da polícia, exército, conselhos tutelares, direções escolares e ações de grupos de estudantes aglutinados no “desocupa”, MBL ou outras organizações que, em determinados locais, adotaram posturas fascizantes.

A ação de grupos de direita de forma aberta mostra que crise estimula tendências fascistas no mundo todo. Se o movimento estivesse ativo e organizado não permitiria que este movimento levantasse a cabeça. Por isso que este ascenso é favorecido pelas correntes apoiadas no institucionalismo, na conciliação de classes e no eleitoralismo.

Notou-se que há uma forte tendência de luta entre a juventude, até mesmo nas universidades, que têm uma massa estudantil mais proletarizada em comparação com a do Sudeste. Na base dos movimentos, está a destruição do ensino público, que se desdobra no fechamento de salas, precariedade na estrutura dos edifícios, falta de merenda, questões que envolvem as condições de estudo e a defesa da educação. Isto condiciona a tendência à unidade. Porém, a política das direções das entidades e grupos autonomistas

Ceará

Balanco da escola de quadros do POR em Fortaleza

A escola de quadros do POR se realizou após sua Conferência. A atividade contou com a presença da militância e de contatos, que estão próximos às ideias do partido. O material escolhido para a discussão na EQ foi de extrema importância para a formação teórica e política dos militantes. Os extratos do “Projeto de informe sobre a América Latina”, de Guilherme Lora foi lido e debatido. O texto de Lora trabalha alguns conceitos marxistas, que nos diferenciam das demais correntes políticas, principalmente do reformismo, nacionalismo, entre outras.

O POR caracteriza América Latina como continente semicolonial, onde inclui o Brasil. Diferentemente de alguns teóricos nacionalistas e correntes que caracterizam o Brasil como “sub-imperialista”. Para o marxismo, um país onde as relações capitalistas se imbricam com relações pré-capitalistas, produtor de matérias-primas e importador de capital financeiro, não tem como ser classificado como “sub-imperialista”, mesmo que algumas de suas indústrias estejam em outros países. A posição de nação imperialista ou semicolonial está relacionada ao desenvolvimento do capitalismo na sua fase monopolista, ou seja, a posição que determinada nação ocupa na economia mundial. É impossível um país semicolonial, a exemplo do Brasil, tornar-se sub-imperialista no âmbito do capitalismo em decomposição. O que caracteriza essencialmente o imperialismo é a fusão do capital bancário com o industrial, constituindo o capital financeiro, que passa a ter o predomínio nas relações mundiais. Fenômeno que ocorreu no fi-

levam à fragmentação. A superação desta contradição depende da constituição de uma vanguarda capaz de centralizar os movimentos que despontam.

Outro apontamento destacou a importância do movimento estudantil como a mais dinâmica da universidade e das escolas. São os estudantes que têm maior relação com os assalariados, que têm maior capacidade de expressar as reivindicações de conjunto, diferenciando-se dos professores e funcionários que tendem a se restringir às reivindicações particulares e corporativistas.

A partir da resolução, houve várias falas denunciando a máscara de tecnificação que o governo quer vestir na Reforma do Ensino Médio e o quanto está, por trás desta cobertura, a destruição da escola e a privatização que serve à exploração capitalista.

Do debate, concluiu-se que é necessário um trabalho sistemático no seio da juventude. Que o partido não pode se vincular apenas quando a juventude se levanta. É preciso popularizar o programa do POR para a educação e enfatizar defesa da combinação da escola com o trabalho, seja para defender a vida da juventude, sua integridade física como para que o jovem possa ter uma educação científica, vinculada à produção social.

Ao final, houve um espaço para o balanço político-organizativo das regionais, revelando que o partido está ativo na luta de classes na região e destacando a necessidade de avançar na disciplina-revolucionária, na formação política, no trabalho de elaboração e propaganda em torno do jornal, dentre outros.

Saudação aos camaradas

Foi sentida a ausência dos camaradas do RN por motivos de saúde e aprovada uma saudação do partido.

nal do século XIX e início do século XX. As potências imperialistas subordinam as nações semicoloniais e as saqueiam por meio de exportação de capitais e controle de ramos fundamentais da economia. O fim da opressão de uma nação sobre outra somente se dará sob a revolução e ditadura proletárias.

Outra importante discussão foi em torno da frente única anti-imperialista, que é a tática do proletariado para arrancar as massas da influência da política do nacionalismo burguês. Essa frente é, necessariamente, dirigida pela classe operária e é aplicada a todos os países atrasados, semicoloniais. A frente única anti-imperialista deve ser propagandeada pelo partido operário, pois o esmagamento das nações oprimidas pelo imperialismo se agrava. A vitória de Donald Trump, na maior potência imperialista, sinaliza um ataque brutal à vida das massas em todo o mundo. Que já vêm pagando pela crise do capitalismo. As consequências são o crescimento da barbárie, desemprego, a fome e maior opressão nacional.

O objetivo da escola de quadros é possibilitar que os militantes compreendam a importância do fortalecimento e construção do partido-programa. Para isso, é necessário que as ideias revolucionárias penetrem nas fileiras do proletariado. É preciso arrancar a classe operária e demais oprimidos da influência da política burguesa. Isso porque somente a classe operária será capaz de dirigir a maioria oprimida na luta anti-imperialista e derrotar o capitalismo putrefato.

Nesta edição:

- Bolívia: A XLIV Conferência Fabril de La Paz aprovou a tese revolucionária
- Bolívia: plataforma de luta unitária
- Chile: As eleições e a tarefa do partido revolucionário
- Estados Unidos: Tendências e contradições que movimentam o governo Trump
- Agrava-se a guerra comercial mundial

Artigos das Seções
**Comitê de Enlace
 pela Reconstrução
 da IV Internacional**



Bolívia

A XLIV Conferência Fabril de La Paz aprovou a tese revolucionária mostrando o caminho para o socialismo

A Tese Fabril de La Paz começa afirmando:

“Depois de mais de três décadas, nós trabalhadores fabrís voltamos ao cenário político nacional recuperando as nossas bandeiras de luta revolucionária socialista. Voltamos a ocupar nosso lugar na luta da nação oprimida contra a nação opressora. A classe operária tem a capacidade de aglutinar a luta de toda a nação oprimida em um só punho e dar ao país uma perspectiva revolucionária para superar o atraso econômico e a miséria. A luta das classes sociais não se extinguiu, pelo contrário, se agudizou com o agravamento da crise capitalista, por isto a ideologia revolucionária do proletariado tem plena atualidade, tornando-se inadiável a tarefa de voltar a ser assimilada e materializada pela classe operária boliviana. NOSSO OBJETIVO ESTRATÉGICO É A IMPLANTAÇÃO DO GOVERNO OPERÁRIO E CAMPONÊS E DE TODOS OS EXPLORADOS E OPRIMIDOS DO PAÍS, A INSTAURAÇÃO DA NOVA SOCIEDADE ASSENTADA NA PROPRIEDADE SOCIAL DOS MEIOS DE PRODUÇÃO, OU SEJA, O SOCIALISMO”.

“Enfrentar a crise significa: garantir a estabilidade no emprego, a defesa de nossos postos de trabalho, desenvolver o aparato produtivo e impulsionar a industrialização alimentada pelos nossos recursos naturais para criar mais postos de trabalho, ampliar e defender o mercado interno, ou seja, acabar com a exploração capitalista que só saqueia nossas fontes de riqueza. Não podemos nos conformar em ser somente uma força de trabalho explorada e votos nas urnas para eleger os nossos próprios carrascos”.

“Nós, operários, junto com os camponeses e as classes médias empobrecidas, devemos fazer uma frente comum para acabar com o sistema de opressão, que beneficia um punhado de exploradores e parasitas que submetem a maioria à miséria, que leve a constituir um governo operário e camponês dirigido politicamente pelo proletariado e inspirado nas orientações centrais das Teses de Pulacayo de 1946 e das Teses Socialistas da COB de 1970. Por isto, o movimento fabril retoma os princípios do SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO e a INDE-

PENDÊNCIA POLÍTICA DA CLASSE OPERÁRIA, rechaça a vergonhosa ‘aliança estratégica’ com o governo masista, chama o conjunto do povo explorado boliviano a recuperar os sindicatos e nossas entidades das mãos do masismo pró-burguês e antioperário. Por isto, proclamamos: A NECESSIDADE DE RECUPERAR A NOSSA TOTAL INDEPENDÊNCIA SINDICAL E POLÍTICA DIANTE DE TODAS AS EXPRESSÕES POLÍTICAS DA BURGUESIA.”

O documento aponta que o fechamento da ENATEX desmascarou o governo do MAS como antioperário e herdeiro natural da velha política rentista e entreguista dos governos anteriores. “O MAS é a NOVA DIREITA que representa de maneira mais cínica os interesses das transnacionais, da oligarquia latifundiária de Santa Cruz de la Sierra, da velha e da nova burguesia, que nasceu da sombra da corrupção do aparato estatal.”

Categoricamente defende: “VIVA A INDEPENDÊNCIA POLÍTICA DA CLASSE OPERÁRIA! ABAIXO O COLABORACIONISMO COM OS GOVERNOS DE PLANTÃO”. “O movimento fabril reivindica os princípios da INDEPENDÊNCIA POLÍTICA E SINDICAL da classe operária em relação aos empresários, ao governo e ao Estado burguês, como também os princípios do SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO.”

Diante da ameaça de fechamento das fábricas e de demissões em massa de operários: OCUPAÇÃO DAS FÁBRICAS! CONTROLE OPERÁRIO COLETIVO!

Diante do problema salarial: SALÁRIO MÍNIMO VITAL COM ESCALA MÓVEL!

MÉTODOS DE LUTA: “A classe operária rechaça a farsa da conciliação de classes e da paz social; reivindica a LUTA DE CLASSES e a aliança com todas as classes exploradas e oprimidas sob a direção política da classe operária. Nossa posição central: ESTAMOS PERMITIDOS A UTILIZAR UNICAMENTE AQUELES CAMINHOS QUE NOS APROXIMEM, mesmo que seja um único milímetro, DA CONQUISTA DO PODER. Na base dos métodos de luta está a AÇÃO DIRETA DAS MASSAS.”

Bolívia / PLATAFORMA DE LUTA UNITÁRIA

POLÍTICO

1. Luta unitária dos operários e povos do mundo pela implantação do Socialismo como a única forma de evitar a degeneração e a barbárie da Humanidade.
2. Rechaço e condenação da estratégia do capitalismo para superar a sua crise com demissões em massa, arrocho salarial e superexploração dos trabalhadores.
3. Expulsão do imperialismo. Nacionalização sem indenização de todas as empresas do setor de hidrocarbonetos e de mineração que estão nas mãos das transnacionais.
4. Diante do fechamento de fábricas: OCUPAÇÃO DAS FÁBRICAS, para que estas passem às mãos dos trabalhadores sob o CONTROLE OPERÁRIO COLETIVO.
5. SALÁRIO MÍNIMO VITAL COM ESCALA MÓVEL. O salário deve cobrir o custo dos gastos médios de uma família; frente à escalada inflacionária, deve-se assegurar que o salário não perca o poder de compra, por meio de reajustes automáticos que acompanhem a subida dos preços.
6. Aposentadoria com 100% do salário, com aporte do Estado e da patronal: Que nenhum aposentado ganhe menos que o salário mínimo vital. É obrigação dos patrões e de seu Estado, que se enriquecem com o trabalho dos operários, garantir uma velhice digna para os trabalhadores quando estes chegarem na terceira idade. É um crime que os aposentados tenham os seus benefícios rebaixados em pelo menos 70%, no melhor dos casos, com 35 anos de contribuição. A Lei das Pensões, acordada entre o governo antioperário e a burocracia cobista vendida, condena os trabalhadores a morrerem de fome em sua velhice; em sua essência continua sendo uma capitalização individual que descarrega todo o peso das rendas sobre as costas dos trabalhadores, que, finalmente, são descontados de nossos míseros salários em mais de 13%, quando o patrão apenas contribuirá com 3% e o Estado nada.
7. Defesa da Caixa Nacional de Saúde. O projeto de seguridade social única e universal deve ser sustentado e financiado pelo Estado boliviano sob o controle coletivo dos assegurados, de nenhuma maneira pelos recursos dos trabalhadores.

Chile / As eleições e a tarefa do partido revolucionário

A situação nacional está determinada pela corrida eleitoral para presidência da República. Já há duas candidaturas anunciadas pela Nova Maioria (NM); o Partido Radical (PRSD) lançou o senador Alejandro Guillier e, o Partido pela Democracia (PPD), o ex-presidente Ricardo Lagos.

O melhor avaliado nas pesquisas é o representante radical, que hoje, de acordo com as enquetes, fica numa situação de empate técnico com o ex-presidente Sebastián Piñera, que não foi oficialmente lançado, mas, está em plena campanha pela direita conservadora representada pela União Democrática Independente (UDI) e Renovação Nacional (RN).

Ambos candidatos têm apenas 22%, muito longe dos 60% dos que não votarão porque não confiam em nenhum. Esta altíssima desconfiança popular em relação a ambos blocos não lhes permite unificar-se por detrás de um candidato que consiga amplo apoio como ocorreu nas eleições anteriores. Essa desconfiança se manifestou também na ampla rejeição às candidaturas nas eleições municipais e no crescimento da importância dos eleitores que residem no exterior. Tudo isto provocou a promulgação de uma lei sobre eleições primárias para a escolha do futuro candidato.

8. Pelo direito à categorização e cumprimento das normas trabalhistas que beneficiam os trabalhadores.

SINDICAL

1. Unidade dos trabalhadores bolivianos por meio de sua organização matriz, a Central Operária Boliviana (COB), respeitando os seus princípios, documentos e estatutos.
2. Recuperar nossas gloriosas Confederação de Trabalhadores Fabris da Bolívia e a Central Operária Boliviana das mãos da burocracia vendida do M.A.S.
3. Preservar a INDEPENDÊNCIA SINDICAL E POLÍTICA DE CLASSE dos trabalhadores e suas organizações sindicais em relação aos governos burgueses e reformistas pró-burgueses, não interpretando independência com neutralidade política.
4. Rechaço e condenação ao sindicalismo amarelo, pró-patronal e ratificação dos princípios do SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO estabelecido nos Estatutos e Princípios das organizações matrizes e de base.
5. Defesa irrestrita da imunidade sindical.
6. Lutar pela conquista do direito de greve como legítimo instrumento de luta e defesa dos operários e exigir do governo que deixe de penalizá-la.
7. Anular os contratos temporários, já que é a forma de precarizar o direito ao trabalho e as conquistas sociais.

ECONÔMICO

1. Defesa e proteção da nossa indústria e produção nacional. Fora os produtos estrangeiros, abaixo o contrabando!
2. Lutar por uma verdadeira industrialização que gere fontes de trabalho estáveis.
3. Lutar por um salário que cubra as necessidades de uma família de 4 pessoas. Basta de salários de fome e aumentos salariais miseráveis.

A EMANCIPAÇÃO DOS TRABALHADORES SERÁ OBRA DOS PRÓPRIOS TRABALHADORES!

*(Extraído do Jornal Masas, nº 2476,
do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)*

A rejeição na população afastou a possibilidade de conseguir este propósito. Pelo contrário, alguns candidatos, melhor avaliados, não estão dispostos a correr o risco de disputar as primárias considerando que a escassez de eleitores pode favorecer a capacidade de mobilização dos militantes subordinados à determinadas cúpulas partidárias, e que estes determinem a eleição do futuro candidato.

O quadro que se apresenta é determinado pela politicagem burguesa contrária aos interesses das grandes maiorias oprimidas. Nossa tarefa se concentra na recuperação das bandeiras da luta revolucionária do movimento operário, que deve ocupar o posto de vanguarda, dirigindo toda a nação oprimida, hoje submetida ao capital financeiro em conluio com os políticos servís aos interesses estrangeiros.

A única e verdadeira luta está orientada na organização de toda a nação oprimida e às nações-classe como a Mapuche a quem seduzem com um “doce”, garantindo-lhes uma cota no parlamento decadente. Ao contrário disto, devemos lutar pela sua autonomia e autodeterminação, única forma de superar seu atraso cultural, econômico e político.

*(Extraído do Jornal Luta Operária, nº 27, fevereiro de 2017, órgão do
Comitê Construtor do Partido Operário Revolucionário).*

Tendências e contradições que movimentam o governo Trump

A anulação de normas e leis anteriores e sua troca por novas normas e leis antagônicas ou divergentes indicam que o governo está realizando uma rápida virada na política interior e exterior. O que agrava as contradições sociais e políticas em grande escala.

Utilizando-se de uma bateria de decretos, Trump procura criar uma base jurídica e legal para desenvolver seus planos econômicos e preparar as condições para aumentar os lucros monopolistas. Aproveita-se para isso da prerrogativa presidencial de aprovar regulamentações e disposições legais, concentrando as decisões de governo e evitando conjunturalmente a discussão no Parlamento, de onde a oposição poderia levantar obstáculos.

É prerrogativa do Parlamento, no entanto, aprovar ou rejeitar nomeações e as leis que possam contrariar o marco jurídico, legal e constitucional vigente. Mas, tudo indica que não há disposição inicial em travar as ações. A reprovação das medidas depende de uma cisão na bancada republicana, uma vez que os democratas estão em minoria. Como derrotados, não deixam de se colocar abaixo dos interesses da burguesia. As medidas de desregulação, ajuste fiscal, desmantelamento de serviços sociais, avanço da guerra comercial e fortalecimento das Forças Armadas são amplamente compartilhadas pelas diversas frações da burguesia imperialista. O mesmo se passa com as reformas previdenciárias e trabalhistas em processo de elaboração.

Algumas das medidas serviram, porém, de estopim para aprofundar a divisão inter-burguesa que se processava há tempo. É o que se passa com as medidas que alavancam o protecionismo; aquelas que obrigam a repatriar indústrias por força de impostos, taxações e barreiras alfandegárias restritivas às importações; bem como as medidas que fecham as fronteiras à imigração, fonte da superexploração da mão-de-obra qualificada e manual mais barata. Isso explica por que, enquanto setores exportadores (General Electric) saudaram as medidas protecionistas e repatriação de capitais, outros dependentes das importações (Walmart) se colocaram contra.

Foram as multinacionais do setor automotivo, eletrônica, informática e comunicações as principais frações monopolistas a rejeitar as medidas anti-imigração. Apple, Facebook, Uber, Google, Intel, Snap, Ford, Tesla, dentre outras, iniciaram processos judiciais para barrar o decreto.

Acontece que as medidas atingem a base material de seus gigantescos lucros: a super-exploração da força de trabalho imigrante, mais barata que a “nacional” e predisposta a desconhecer qualquer entrave - legal ou trabalhista- visando a permanecer no país. O “sonho americano” age como cobertura ideológica à exploração capitalista de força de trabalho que não tem como ser aproveitada nos países de origem.

Os choques inter-burgueses demonstram, assim, que a virada do governo Trump tem por base profundas divisões na burguesia monopolista e em setores internos, cuja base material reside no

lugar que cada um ocupa na divisão social do trabalho mundial e no mercado mundial. Dessa divisão, surge e se nutre o governo fascizante, que necessariamente terá de arbitrar e equacionar esses atritos.

Observa-se que os maiores obstáculos ao governo Trump não residem na resistência de algumas frações burguesas, mas, fundamentalmente, em camadas das classes médias urbanas. Massivas manifestações se projetaram contra a medida voltada a punir o aborto e a fechar as fronteiras à imigração. Amparado neste conflito, um setor do judiciário ecoou as mobilizações sociais e as movimentações políticas de democratas e de empresários. Foi assim que um juiz federal de Seattle (Washington) se opôs ao decreto contrário à imigração e o governo foi obrigado a revalidar milhares de vistos.

Enquanto se resolve a pendência judicial, Trump retomou sua ofensiva e exigiu que os governos estaduais e municipais aceitassem o decreto. Se não o fizerem, “não receberão repasses dos fundos federais, exceto os definidos pela lei”, ameaçou. Pretende assim afogar financeiramente as cidades

e vencer as resistências políticas internas, atingindo o assistencialismo e os serviços públicos.

Se é certo que uma camada da classe média despontou como principal força social na resistência contra o governo, é certo também que não responde de maneira homogênea. São as camadas mais afetadas pela destruição dos serviços sociais, congelamento salarial e desemprego as que, no momento, se viram obrigadas a se manifestar. Enquanto outras camadas apoiam Trump porque acreditam que sua política é a via que as salvará do agravamento da miséria e pauperização social.

Essa dinâmica social e a sua projeção está determinada, por sua vez, pela capacidade do governo de criar condições que aliviem as frações burguesas profundamente atingidas pela crise de superprodução mundial e que têm no mercado interno e na produção nacional sua fonte de lucratividade. E pela rapidez e profundidade com se realizem as medidas tendentes a rebaixar violentamente o preço da força de trabalho operária e flexibilizar as condições do trabalho assalariado no comércio e serviços.

O fator fundamental da situação, no entanto, está em que as burocracias sindicais em sua esmagadora maioria apoiam as medidas fascizantes e de favorecimento aos lucros monopolistas. O que coloca o proletariado a reboque da política burguesa. Justificando sua submissão, os venais burocratas dizem às suas bases que as medidas do novo governo são um passo no caminho da superação do desemprego. Por outro lado, ocultam as medidas e reformas destinadas a arrochar os salários e precarizar as condições trabalhistas.

O mesmo se passa quando se trata de medidas econômicas que, supostamente, favoreceriam a criação de empregos “na-

Os choques inter-burgueses demonstram, assim, que a virada do governo Trump tem por base profundas divisões na burguesia monopolista e em setores internos, cuja base material reside no lugar que cada um ocupa na divisão social do trabalho mundial e no mercado mundial. Dessa divisão, surge e se nutre o governo fascizante, que necessariamente terá de arbitrar e equacionar esses atritos.

cionais”. Eis por que apoiaram o desmantelamento das leis ambientais (“Ordem Executiva para a Aceleração do Licenciamento Ambiental e Aprovação de Obras de Infra-Estrutura de Alta Prioridade”), permitindo a aprovação rápida de obras de oleodutos, pontes, estradas e aeroportos - sem se importar com as consequên-

cias sociais, econômicas, ambientais. A burocracia sindical também apoiou a decisão de fechar a fronteira com o México (“Ordem Executiva Sobre a Melhoria da Segurança das Fronteiras e da Imigração”) e barrar a imigração (“Ordem Executiva para Aumento da Segurança no interior dos EUA”). Segundo os burocratas, essas medidas são necessárias para empregar mão-de-obra nacional. Nota-se que a burocracia sindical serve de caixa de ressonância ao chauvinismo. De maneira que age como uma agência da burguesia imperialista no interior do operariado norte-americano, transformando as centrais em um instrumento do reacionarismo burguês contra a vida, os direitos e conquistas das massas e em agentes do governo fascistizante de Trump.

Diante da tendência mais geral da burguesia apoiar as propostas de flexibilização trabalhista e a reforma da aposentadoria, é provável que amplos setores do operariado tenham de resistir aos ataques e retomar os métodos da luta de classes para barrar os violentos ataques que se desfecharão contra suas condições de vida. Os explorados norte-americanos terão de se chocar com os aparatos sindicais assentados no capital monopolista e abrir caminho à sua independência de classe. O período de bonança que se abriu após a Segunda Guerra Mundial se esgotou. O capitalismo se contorce no processo de desintegração e avanço da barbárie social. Cada vez mais, as massas terão de reagir aos retrocessos de suas condições de existência.

Não por acaso, as duas primeiras “ordens executivas” lançadas por Trump afetam diretamente os assalariados. A primeira a ser assinada por Trump (22 de janeiro) foi a que desmantela o pla-

no de saúde público, que garantia o acesso das camadas mais pobres da população aos serviços médicos, ainda que limitadamente. Em troca, amplia-se a oferta privada e estrutura-se um sistema de seguros de saúde financiados por estados e prefeituras, repassando-lhe US\$ 11 bilhões do “atendimento médico a imigrantes

ilegais”. A segunda (também de 22 de janeiro) congela as contratações de funcionários públicos em todo o âmbito da administração federal. Não estão incluídas, porém, as Forças Armadas, uma vez que se propõe aumentar seus efetivos e sua “capacidade de combate”.

Ambas as medidas expressaram uma das vias pela qual se projetará o ataque contra a vida das massas. No entanto, as burocracias sindicais não acenaram nenhuma medida de resistência. De forma que milhões de funcionários públicos, assalariados, operários e desempregados as-

sistiram à destruição de parte de seus direitos e conquistas sem nenhuma resistência. Esse é o grande problema que vem à tona com a eleição do governo Trump. A direção dos sindicatos norte-americanos se transformou em uma agência do reacionarismo chauvinista burguês. Essa condição expressa a crise de direção revolucionária, no marco do avanço das tendências fascistas nacionais e mundiais.

Está colocada a necessidade de superar o bloqueio da burocracia pró-imperialista, forjar a vanguarda revolucionária no seio dos sindicatos, erguer as reivindicações que de fato defendem a vida da classe operária, desenvolver os métodos da luta de classes, constituir a Frente Única Proletária e combater a desagregação capitalista com os métodos da revolução proletária. É sobre essas bases organizativas, táticas e programáticas que o proletariado norte-americano romperá com o chauvinismo nacional e abraçará a via do internacionalismo proletário, que está na base da reconstrução do partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

Agrava-se a guerra comercial mundial

Não se passou um mês e as medidas tomadas pelo governo Trump demonstram que os monopólios norte-americanos se contorcem diante da lei econômica que determina a tendência à queda dos lucros. O novo governo pretende aliviar a burguesia norte-americana à custa não apenas do agravamento da opressão social, mas também, em especial, a guerra comercial com seus maiores rivais mundiais: a China e a Alemanha. O que intensificará a luta de classes e os choques entre nações.

“Primeiro a América”

A bandeira de “Primeiro a América” significa uma brusca virada nas relações comerciais mundiais. Trata-se de um reflexo, no campo da política, das graves contradições econômicas que puseram à tona a política dos blocos comerciais e acordos multilaterais, que se converteram em relativa perda do peso da indústria interna e das exportações.

Trump pretende frear esse processo e revertê-lo, o que exige

restringir o mercado interno à penetração de mercadorias exógenas (fundamentalmente de China e Alemanha). Essa política está diante de uma flagrante contradição: as multinacionais recorreram à abertura da China, México, etc. para explorar a força de trabalho a preços bem mais baratos. Para utilizarem as vantagens externas, contam com o maior importador mundial que são os Estados Unidos. Está aí por que o protecionismo de Trump tende a agravar tal contradição e a fracassar.

Internamente, pretende superar esses entraves com o rebaiamento do valor da força de trabalho norte-americano e maciços investimentos em tecnologia e maquinaria. Externamente, exige, de um lado, acelerar a restauração capitalista na Rússia e, principalmente, na China. E, de outro, romper o “protecionismo” europeu, que serve em grande medida à Alemanha.

Europa: um campo da guerra comercial

Segundo Peter Navarro, diretor do Conselho Nacional de Comércio, o principal obstáculo à política comercial dos Estados Unidos, além da China, é Alemanha. Para Navarro, a Alemanha “explora” os Estados Unidos e seus parceiros europeus. Na base dos atritos inter-imperialistas com a potência europeia, acha-se uma balança comercial deficitária para os Estados Unidos e superavitária para a Alemanha. Para Navarro, uma “moeda subvalorizada” e as regulações comerciais intra-europeias obstaculizam e impedem o fechamento de acordos bilaterais com países do continente europeu em condições vantajosas para os monopólios norte-americanos.

Para o governo norte-americano, essas condições têm de ser superadas por uma política de livres-acordos sem que se tenha de passar pelo crivo da legislação europeia. Eis por que Trump rompeu com o Acordo TransPacífico (TTP). A ruptura da Inglaterra com a União Europeia é compatível com a virada da diretriz internacional de Trump. Tudo indica que impulsionará as tendências desintegradoras da Europa Ocidental.

Inglaterra: uma plataforma da ofensiva ianque

A ruptura da Inglaterra com o mercado comum abriu passagem à desagregação progressiva e tumultuada dos laços políticos e econômicos da União Europeia (UE). A resistência de diversos países a manter a política de “fronteiras abertas” à imigração indicou seu esgotamento.

Ora, Trump pretende se utilizar dos acordos que possam ser alcançados com a Inglaterra para transformá-la na plataforma de sua ofensiva econômica no continente europeu. E forçar uma via para desarmar a rígida estrutura jurídica e comercial europeia que entrava a penetração maciça. O que coloca aos EUA em rota de colisão com a potência alemã. Elevando assim os atritos inter-imperialistas. Essa é uma das hipóteses mais prováveis, que se desprende da crise geral do capitalismo. Em outras palavras, da contradição entre as forças produtivas e as relações de produção, bem como com as fronteiras nacionais.

Das tentativas de centralização à desagregação

Falharam todas as medidas realizadas nos últimos anos para centralizar as medidas de ação entre as diversas frações monopolistas imperialistas. A grave crise econômica, política e social mundial acirrou a guerra pelos mercados. A grande burguesia monopolista vê-se, assim, arrastada pelas tendências centrífugas. Sua manifestação no avanço à guerra comercial e no armamentismo generalizado indica até que ponto as relações mundiais se farão ainda mais violentas.

O aspecto fundamental dessa constatação está em que as fronteiras nacionais se ergueram como um bloqueio às forças produtivas, colocando uma nova repartição dos mercados e do acesso às fontes de matérias primas e rotas comerciais. Uma nova repartição somente virá pela força das armas. A desagregação e as violentas relações políticas mundiais se explicam, em última instância, pelos entraves erguidos pela propriedade monopolista, pela gigantesca acumulação parasitária de capital financeiro e a apropriação privada das riquezas e forças técnicas, que resultaram da recomposição das forças produtivas mundiais no pós-guerra.

Tendências bélicas

Segundo Bannon, os Estados Unidos não apenas estão “envolvidos nos preparativos da guerra comercial”, como também têm de se preparar para um choque bélico em escala internacional.

Um de seus alvos, evidentemente, volta a ser o regime do Irã. Não por acaso é que, no dia 7 de fevereiro, Trump acusou o governo iraniano como “o promotor número um do terrorismo”. Mas, fundamentalmente, referiu-se à China como principal rival comercial. Em entrevista, Bannon declarou “estamos nos dirigindo à guerra no Mar Meridional da China daqui a cinco ou dez anos, não é? (...) Não duvide quanto a isso”. (entrevista de março de 2016). É certo que se deve tomar com cautela ameaças desse tipo. Mas, sem dúvida, expõem o clima de animosidade internacional.

Superar a crise de direção

Não há outro caminho às massas senão lutar contra a ofensiva reacionária do imperialismo e superar o bloqueio das burocracias pró-capitalistas. É visível a presença das tendências de luta dos explorados. Forçosamente, se colocará o problema da crise de direção revolucionária e a necessidade do destacamento mais avançado do

proletariado colocar-se pela construção do partido marxista-leninista-trotskista. À desagregação e barbárie que o capitalismo reserva às massas, o proletariado tem de se opor com o programa da revolução e ditadura proletárias. A derrota sofrida com a restauração capitalista da ex-União Soviética, sob a responsabilidade do estalinismo, abriu um período histórico de crise de direção, que significa em síntese que as condições objetivas para as revoluções estão dadas, o que falta são as condições subjetivas, ou seja, o partido mundial da revolução socialista.

A grande burguesia monopolista vê-se, assim, arrastada pelas tendências centrífugas. Sua manifestação no avanço à guerra comercial e no armamentismo generalizado indica até que ponto as relações mundiais se farão ainda mais violentas.

O aspecto fundamental dessa constatação está em que as fronteiras nacionais se ergueram como um bloqueio às forças produtivas, colocando uma nova repartição dos mercados e do acesso às fontes de matérias primas e rotas comerciais.

Assimilando o leninismo

No Jornal Massas 535, publicamos um texto de Leon Trotsky, cuja importância diz respeito a tática revolucionária. Lênin como extraordinário estrategista, consequentemente, elaborou a tática que permitiu os bolcheviques dirigirem a revolução proletária na Rússia. Agora, divulgamos o manifesto “O Estado dos operários e a semana do partido”. Foi escrito em 11 de outubro de 1919. Como se vê, há um ano da Revolução Russa. A “semana do partido” foi uma atividade que resultou de uma resolução do VIII Congresso do Partido Comunista da Rússia. O objetivo era o de ingressar novos militantes em suas fileiras. Sua realização se deu em um momento difícil por que passava a revolução. As forças contrarrevolucionárias russas procuravam enfraquecer o Estado Soviético e destruí-lo; por outro lado, havia a intervenção militar do imperialismo. De 10 a 17 de agosto, teve lugar em Petrogrado a 1ª Semana do partido, a 2ª Semana, entre outubro e novembro de 1919. Em Moscou, foi realizada de 20 a 28 de setembro.

Lênin escreve esse manifesto demonstrando preocupação com a possibilidade de se abrir as portas do partido para oportunistas e arrivistas. Nota-se que Lênin não se descuidava em nenhum momento em preservar e desenvolver a teoria marxista do partido. A questão aparecia tanto no período anterior à revolução, quanto no período posterior de transição do capitalismo para o socialismo, evidentemente diante de novos acontecimentos e exigência da situação. Segundo a nota das Obras Completas, tomo XXXII, o manifesto foi publicado somente em outubro de 1922, no Pravda, nº 228. Nossa tradução se baseia no texto das Obras Completas.

O Estado dos operários e a semana do partido

Lênin

“A Semana do partido em Moscou coincide com um momento difícil para o poder soviético. Os triunfos de Denikin deram lugar a uma desesperada intensificação de conspirações planejadas pelos latifundiários, capitalistas e seus amigos, e a novos esforços da burguesia para semear o pânico e minar por todos os meios a seu alcance a firmeza do poder soviético. Os pequenos burgueses instáveis, vacilantes e politicamente atrasados, e com eles a intelectualidade, os socialistas revolucionários e mencheviques, se tornaram, como de costume, mais vacilantes que nunca e foram os primeiros a se deixarem intimidar pelos capitalistas.

Mas acredito que o fato de que a Semana do partido, em Moscou, coincida com estes momentos difíceis, é algo que nos favorece, uma vez que resulta positivo para a causa. Não necessitamos de uma Semana do partido para fins de exibição. Não queremos, nem como presente, filiados fictícios ao partido. Nosso partido, o partido da classe operária revolucionária, é o único partido governante do mundo que se preocupa, não em aumentar o número de seus filiados, mas em melhorar sua qualidade, limpar suas fileiras de “oportunistas”. Mais de uma vez, temos realizado uma reinscrição dos membros do partido para nos livrar desses “oportunistas” e deixar no partido somente os elementos politicamente conscientes e sinceramente fiéis ao comunismo. Também temos aproveitado as mobilizações para a frente e os “sábados” para limpar o partido daqueles que somente andam “à caça” de vantagens que supõem pertencer a um partido governamental, e não querem arcar com o peso de um trabalho sacrificado em prol do comunismo.

E agora, quando se leva a cabo uma intensa mobilização para a frente, a Semana do partido é conveniente, porque não oferece nenhuma tentação para os oportunistas. Abrimos amplamente as



portas do partido somente aos operários de base e aos camponeses pobres, os camponeses que trabalham, mas não aos camponeses especuladores. Não prometemos, nem damos a esses filiados de base nenhuma vantagem por se incorporar ao partido. Pelo contrário, sobre os filiados do partido recai agora um trabalho mais duro e mais perigoso que o habitual.

Tanto melhor. Desse modo, somente se incorporam ao partido os partidários sinceros do comunismo, somente as pessoas que se entregam conscientemente à causa do Estado operário, somente os trabalhadores honestos, somente os autênticos representantes das massas que foram oprimidas sob o capitalismo.

Estes membros e somente estes são os que necessitamos no partido.

Necessitamos novos membros do partido, não para fins de publicidade, mas para realizar um trabalho sério. Essas são as pessoas que convidaremos a ingressar no partido. Aos trabalhadores, abrimos de par em par as portas do partido.

O poder soviético é o poder dos trabalhadores que lutam pela total derrubada do jugo do capital. Quem primeiro se incorporou nesta luta foi a classe operária das cidades e centros fabris. Obteve a primeira vitória e conquistou o poder estatal.

A classe operária ganhou a maioria dos camponeses. Do lado do capital, do lado da burguesia, somente estão os camponeses aproveitadores, os camponeses especuladores, mas não os camponeses que trabalham.

Os operários de Petrogrado, os mais avançados, os de maior consciência política, são os que mais contribuíram com a tarefa de governar a Rússia. Mas sabemos que entre os operários e camponeses de base há muitas pessoas fiéis aos interesses das massas trabalhadoras e capazes de desempenhar o trabalho de dirigir. Há entre eles muitos com talento de organizadores e administradores, a quem o capitalismo não deu nenhuma oportunidade e a quem estamos ajudando e devemos ajudar por todos os meios a se destacar e empreender a tarefa de construir o socialismo. Não é fácil descobrir estes novos talentos, modestos e iniciantes. Não é fácil incorporar às tarefas do Estado os operários e camponeses de base, que durante séculos foram esmagados e atemorizados pelos latifundiários e capitalistas.

Mas é preciso realizar esta difícil tarefa, deve ser realizada, para extrair mais profundamente novas forças da classe operária e do camponês trabalhador.

Comaradas, operários apartidários e camponeses trabalhadores, incorporem-se ao partido! Não lhes prometemos em troca disso nenhuma vantagem; os chamamos a um trabalho duro e difícil, o trabalho de organizar o Estado. Se vocês são sinceros partidários do comunismo, ponham mãos à obra com toda audácia, não temam o novo, nem as dificuldades que possam encontrar, não se deixem desanimar pelo velho preconceito de que somente aqueles que receberam educação oficial podem realizar esta tarefa. Não é verdade. Os operários de base e os camponeses trabalhadores podem e devem, em número cada vez maior, dirigir as tarefas da construção do socialismo.

A massa de trabalhadores está conosco. Ali está nossa força. Ali está a fonte da invencibilidade do comunismo mundial. Cada vez mais novos trabalhadores surgidos das massas para engrossar as fileiras do partido, para participar com independência na construção da nova vida: esse é nosso método de combater com todas as dificuldades, este é o nosso caminho à vitória!